

Revista

# FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Ano IV  
N.º 32  
1,50 €  
Abril de 2013

Diretor: Delmiro Carreira

Milhares em Bruxelas

## Europeus unidos contra a austeridade



Artigo do sociólogo Elísio Estanque  
**Crise, ameaças e desafios  
do sindicalismo**

18



I Conferência Febase  
**Segurança Social  
não está em falência**

4

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Horácio Oliveira – SBSI  
Pereira Gomes – SBN

**Conselho editorial:**  
Constança Sancho – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 062/090  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 66.500 exemplares  
(sendo 4.500 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**CONFERÊNCIA** | O futuro da Segurança Social

**I Conferência Febase**

Sem Estado social impostos são imorais **4**

**SINDICAL** | Atualidade

**UNI Europa debate em Lisboa** consequências da austeridade

Desmistificar a "bíblia" da troika **8**

**Manifestação em Bruxelas: Todos** contra a austeridade **10**

**Atualidade** | Dia da Mulher

**Sindicatos celebram Dia Internacional da Mulher**

Direitos conquistados têm de ser defendidos **12**

Entre arte figurativa e monumental **12**

SBN leva associadas a Seia **13**

**UGT** | 1.º de maio

Na rua pelo fim da austeridade **14**

Questões | **JURÍDICAS**

**Implicações do Orçamento** do Estado no rendimento familiar **15**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros

**Pré-reformados atingidos**

STAS quer esclarecimentos sobre extinção do subsídio de lar **16**

**Acordo entre APS, STAS e SISEP**

Publicada portaria de extensão do CCT **16**

Banca | **CONTRATAÇÃO**

**Na sequência da decisão do Tribunal Constitucional**

Bancários e reformados recuperam subsídio de férias **17**

ACT do BCP adaptado ao Código do Trabalho **17**

**Visto de fora**

| **Elísio Estanque**

Crise, ameaças e desafios do sindicalismo **18**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional

**FotoFebase 2012**

**Imagens vencedoras** revelam enorme qualidade **23**



24

| **STAS Actividade Seguradora**



26

| **Bancários Sul e Ilhas**



28

| **Bancários Norte**



30

| **Bancários Centro**



Texto: **PEREIRA GOMES**

## Até sempre!

Quando esta edição da Revista Febase chegar a casa dos nossos leitores já terão decorrido as eleições para o Sindicato dos Bancários do Norte.

Tendo sido o SBN um dos pilares em que assentou a construção da UGT e da Febase, espero que os novos corpos gerentes continuem a defender o caminho da unidade dos bancários, designadamente quanto às questões que mais afetam o seu quotidiano, como a contratação coletiva e os SAMS.

Uma vez que não me recandidatei às eleições para o SBN, este é o meu último editorial para a revista de todos nós.

Como responsável pela participação do Sindicato dos Bancários do Norte em cada um dos números desta publicação – e fazendo agora uma análise retrospectiva –, não posso deixar de referir a enorme importância que a revista assume como fator congregador e disseminador de informação essencial para os associados dos Sindicatos que compõem a Federação do Setor Financeiro.

É assim que, folheando a coleção da Revista Febase desde o primeiro número, me acodem à memória capas com títulos e temas tão apelativos e relevantes como sejam, entre outros, o facto de o BPI ter sido o único banco a não cumprir a lei da parentalidade; a greve geral de 24 de novembro de 2010; a cada vez maior afirmação do papel da Febase na contratação coletiva; o facto de o Orçamento do Estado para 2012 violar o Código do Trabalho; a circunstância de a reunião da UNI-Finanças em Portugal ter

denunciado a economia de casino; as propostas da troika terem dominado os protestos do 1.º de maio da UGT em 2011; a Febase ter considerado um atentado aos direitos contratuais o corte de 50% no subsídio de Natal; a realidade de ter valido a pena a luta no Montepio Geral, uma vez que a Administração passou a aceitar o diálogo sobre a transferência para Lisboa dos trabalhadores do Porto; a Febase ter defendido que o terceiro Acordo Tripartido serviu para "amarrar" o Estado; o facto de, apesar de tanta revisão, os patrões ainda se queixarem do Código do Trabalho...

Mentiria se dissesse que, no momento da partida, não levo saudades. Isso equivaleria, além do mais, a uma traição a todos os meus companheiros de percurso, com quem foi um prazer e uma honra lutar lado a lado em prol de uma classe que merece a consideração de todos os portugueses – e que deveria merecer o respeito do patronato, porque foi ela que, na primeira linha das dificuldades, enfrentou os momentos mais difíceis por que as instituições têm passado, dando o melhor de si, em detrimento da sua vida privada, para os bancos manterem a confiança dos aforradores.

Partirei, todavia, para outras funções sindicais, de onde poderei também ter o prazer de acompanhar de perto as edições mensais da Revista Febase, a cujos colegas que participam na elaboração deste órgão de comunicação de referência desejo as maiores felicidades e os maiores êxitos pessoais e sindicais. Até sempre!



I Conferência Febase

# Sem Estado social impostos são imorais

Coimbra foi o palco escolhido para o arranque do ciclo de Conferências Febase. Meia centena de pessoas tiveram oportunidade de ouvir e trocar ideias sobre o futuro do Estado Social. No final, uma certeza: a Segurança Social não está em falência, mas para a sua sustentabilidade é urgente o regresso ao crescimento económico

TEXTOS: PEDRO GABRIEL



No final das intervenções, o debate estendeu-se à assistência

O dia 5 de março marcou o arranque de uma nova iniciativa da Federação: as Conferências Febase. O tema "Segurança Social Pública - A defesa do Estado Social e a sua Sustentabilidade Futura" foi o escolhido para abrir o ciclo de debates, cujo objetivo é dinamizar a discussão de temas pertinentes não só para o setor bancário e segurador como para a sociedade.

Como convidados intervieram Pedro Marques, ex-secretário de Estado da Segurança Social e atual deputado na Assembleia da República; José Reis, diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, e Manuel Castelo Branco, presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. A moderação esteve a cargo de Carlos Silva, presidente do SBC e vice-presidente da Febase.

Durante quase duas horas, meia centena de pessoas teve oportunidade de ouvir a opinião dos conferencistas, que divergia em alguns pontos mas que era absolutamente consensual num: para uma Segurança Social sustentável é urgente o regresso ao crescimento económico.

## Pedro Marques: "Acredito no nosso sistema"

O deputado Pedro Marques começou por explicar que, desde 2005, a Segurança Social passou de uma situação deficitária para um saldo positivo de 1% do PIB. A forte crise económica que se fez sentir a partir de 2008 foi o travão a este crescimento. Apesar das contribuições não caírem, a despesa com

pensões e subsídios de desemprego aumentou e concorreu para uma quebra significativa do saldo.

A espiral recessiva é a principal causa para a falência das contas públicas, pelo que a capacidade do País gerar crescimento económico é determinante para a situação da Segurança Social a curto e médio prazo. Ainda assim, o deputado socialista rejeita a ideia de falência. "É preciso recordar que, pela luta da UGT e dos governos socialistas, temos hoje mais de 10 mil milhões de euros guardados para pagar pensões neste momento de dificuldade. Mas precisamos de sair da recessão em que nos encontramos."

Pedro Marques baseou-se em relatórios da União Europeia, OCDE e da agência de rating Fitch para explicar que Portugal tem um dos sistemas mais sustentáveis da Europa e com melhor capacidade para enfrentar o envelhecimento demográfico. "Fruto das reformas que efetuámos, a Segurança Social terá um crescimento na despesa de 0,2% do PIB em relação à atual despesa com pensões, enquanto na UE será de 1,5% do PIB."

## O relatório ideológico do FMI

Pedro Marques lançou duras críticas ao relatório do FMI, acusando-o de ser feito com base em questões ideológicas. O deputado defendeu um Estado Social de direitos sociais e não de mínimos sociais, e rebateu as críticas do Governo e do FMI, que acusaram o sistema da Segurança Social de ser muito generoso para os ricos e pouco eficaz no combate à pobreza dos

idosos, que o crescimento da despesa com pensões será insustentável na próxima década e a reforma de 2007 apenas terá eficácia para futuros beneficiários.

Para Pedro Marques, a ideia de o sistema ser muito generoso para os ricos é completamente errada, pois é de natureza contributiva. "Isso é desconhecer totalmente a natureza do nosso sistema de pensões. É verdade que os 20% mais ricos recebem um terço das pensões, mas pagam 47% das contribuições para a Segurança Social. Se pagam quase metade das contribuições e só recebem um terço das pensões é sinal de que está a haver redistribuição", explicou.

A urgente necessidade de o País começar a crescer economicamente é o ponto essencial para que o aumento da despesa

com pensões se fixe nos 0,2% do PIB. Pedro Marques não tem dúvidas: se Portugal não tiver um crescimento económico superior a 2% durante vários anos não só o sistema de pensões e o emprego estão em causa, como todo o modelo de sociedade.

O ex-secretário de Estado acusou o FMI de não ter percebido convenientemente a reforma efetuada: "O nosso regime de atualização das pensões - que era feito em função dos salários - passou a ser feito em função da inflação. Isto faz uma diferença muito grande do ponto de vista da sustentabilidade a longo prazo da Segurança Social e afeta naturalmente as pensões dos atuais pensionistas."

## Propostas incoerentes

As propostas inseridas no relatório do FMI foram também analisadas por Pedro Marques. O deputado socialista criticou a recomendação de um corte de 15% nas pensões acima dos 230€, mas mostrou-se confortável com a ideia de convergência entres regimes, seja de saúde ou Segurança Social.

Uma das propostas do FMI passa pelo aumento da idade da reforma, medida considerada errada pelo deputado socialista. "Há cerca de 100 mil pessoas por ano a passar do mercado de trabalho para a reforma. É possível mantê-las no emprego num momento em que estamos a esvaír postos de trabalho todos os dias? É claro que não. Portanto, ou vão para o desemprego os trabalhadores que deveriam reformar-se ou vão as dezenas de milhares de jovens que poderiam substituí-los."

Por fim, Pedro Marques afirmou não acreditar que o plafonamento de pensões veja a luz do dia e rejeitou a introdução de uma contribuição de solidariedade para sustentar a passagem de uma parte da pensão para um fundo. "Os portugueses passavam a ter uma parte da sua pensão colocada em fundos de pensões - não por opção mas por obrigação -, e para sustentar essa transição e pagar as pensões dos atuais pensionistas sofriam um aumento de impostos, porque a contribuição de solidariedade é um eufemismo para o aumento de impostos."

Para o deputado, a chave da sustentabilidade futura passa sempre pelo crescimento económico e por uma Segurança Social capaz de responder convenientemente aos desafios impostos por um mercado de trabalho mais flexível. "A Segurança Social tem que se preparar permanentemente para as mudanças contínuas nas carreiras profissionais."

## José Reis: "Com ou contra o Estado Social"

"Queremos resolver a crise com o Estado Social ou contra o Estado Social?" Com esta pergunta retórica José Reis iniciou a sua intervenção, referindo que sob uma perspetiva cívica e política que considera o Estado social um direito de todos os cidadãos não há outro caminho a não ser o do crescimento económico e da defesa do Estado social. "As políticas sociais e o Estado são uma condição positiva e essencial para lançar o crescimento económico. É preciso reverter a atual situação", frisou o diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Referindo-se aos denominados estabilizadores automáticos, adiantou ser importante existir uma intervenção supletiva como forma de repor os equilíbrios e manter a sociedade a flutuar minimamente em termos positivos. "Por isso criou-se a figura do salário indireto, um conjunto de condições de que beneficiamos justamente pelo facto de sermos trabalhadores e que nos são facultadas pelas políticas sociais."

O diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra considerou importante o investimento em políticas

públicas mas também em políticas sociais, uma vez que a Segurança Social torna-se crucial para as pessoas obterem o mínimo de dignidade.

José Reis socorreu-se de um país longínquo para sustentar a sua ideia de uma verdadeira política monetária. "No Japão assistimos a um programa voluntarista de aumento generalizado dos salários. Ao contrário de cortarem despesa pública fazem um programa extensivo de recuperação da capacidade pública."

O economista explicou que os nipónicos ambicionam a inflação e é isso que faz falta a Portugal, porque "estamos sobre um sufoco de depressão."



José Reis: "As políticas sociais e o Estado são uma condição essencial para lançar o crescimento económico"

## O trabalho na economia

Para o economista, a questão da remuneração e dos custos do trabalho é central do ponto de vista do funcionamento da economia e da sua capacidade de evoluir.

José Reis defendeu uma subida imediata dos salários em Portugal, não apenas como condição de justiça social mas de relançamento da economia. "Temos que deixar de lado as posições ideológicas erradas que tendem a ver a crise em Portugal como questões de Estado, de más decisões do Governo ou de andarmos a viver acima das nossas possibilidades. Tem a ver com o crescimento da economia e é para essa economia que precisamos do Estado social e de políticas sociais". ▶



CONFERÊNCIA | O futuro da Segurança Social

► Se relativamente à sustentabilidade José Reis não tem dúvidas, no caso do modelo da Segurança Social deixou alguns reparos. O economista considera existir falta de universalidade no modelo, defendendo que a questão crucial prende-se com quem está ou não isento de pagar integralmente contribuições para a Segurança Social na proporção dos seus rendimentos.

Para terminar, José Reis considerou ser preciso muito saber técnico e muita convergência política e social para a defesa do Estado social.

**Manuel Castelo Branco:**  
**"Estado de bem-estar"**

A última intervenção coube a Manuel Castelo Branco, que defendeu um Estado social de bem-estar para todos. O presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (IS-



Manuel Castelo Branco:  
"A Segurança Social pode  
ser perfeitamente  
financiada pelos  
impostos em geral"

CAC) citou Tony Judt para explicar que o Estado social é o modo de defesa do próprio capitalismo, pelo que não compreende o atual afrontamento. "É o Estado social que assegura um imperativo de coesão social indispensável ao funcionamento do próprio modelo capitalista de economia, de mercado e de política."

Para Manuel Castelo Branco, o instrumento principal de coesão social deve ser a redistribuição do rendimento por via fiscal e, por outro lado, a concessão a todos da universalidade das prestações sociais como contrapartida de um novo pacto social. "É fundamental para a coesão social de um modelo económico capitalista um verdadeiro Estado social financiado por um imposto progressivo, único, sobre o rendimento, bem como a universalidade das prestações e o afastamento do pagamento de taxas moderadoras diferenciais, nomeadamente na saúde."

**A desqualificação do humano**

Manuel Castelo Branco é claro quando afirma que não se pode abdicar deste modelo de Estado social de bem-estar. "Se o fizermos estaremos a recuar para um modelo civilizacional onde prevalece o inumano do liberalismo".

A proteção do homem concreto em detrimento de uma abstração do mesmo é a ideia essencial e Manuel Castelo Branco socorre-se da figura do 'loser' (perdedor) nos Estados Unidos, ou do 'meteco' na Grécia Antiga, para referir que esta desqualificação do humano é feita por razões ideológicas.

O presidente do ISCAC apontou a queda do muro de Berlim, em 1989, como o ponto de partida para o sucesso deste afrontamento ideológico, nomeadamente por duas razões: a adoção do economismo como ideologia por parte dos

partidos social-democratas e socialistas e o "apagão" das democracias-cristãs, substituídas pelo populismo em países como Itália e Portugal.

O calvinismo moral que legitima o estigma colocado não só em cima dos beneficiários de prestações sociais como também de todos os que trabalham leva Manuel Castelo Branco a fazer a ponte para os dias que correm. "As leis do trabalho são um dos primeiros instrumentos de ataque ao Estado social, mas há outro: o trabalho é atacado não apenas na sua dimensão existencial e social mas também pela via fiscal. Hoje paga impostos em Portugal quem trabalha e quem recebe pensões."

O presidente do ISCAC deixou um aviso sério: "A minha última réstia de esperança é a seguinte: os impostos sempre foram a grande alavanca das revoluções democráticas e pode ser que o FMI e o nosso Governo estejam a brincar com o fogo."

**Cobrança de impostos**

A questão da sustentabilidade foi abordada por Manuel Castelo Branco como tendo, atualmente, uma forte carga ideológica e, nas suas palavras, não há Estado fiscal sem Estado social. "Só é legítimo ao Estado, política e economicamente, a cobrança de impostos se essa cobrança for destinada ao financiamento do Estado social."

"O projeto proposto em Portugal é típico de um Estado fiscal voraz, sem que haja Estado social. É imoral do ponto de vista político e indecente do ponto de vista económico. A legitimidade política e económica de um imposto é justificada pelo facto de esse imposto financiar prestações sociais, como a saúde e a educação públicas".

Manuel Castelo Branco dá o exemplo dos países nórdicos, que mantêm a sustentabilidade do Estado social com uma carga fiscal mais baixa do que em Portugal. "Na Suécia não se discute a sustentabilidade mas se o nível de fiscalidade elevado corresponde ou não a um nível elevado de prestações sociais. É essa a discussão que deve ser colocada."

Para o presidente do ISCAC o atual modelo de financiamento é atípico e excêntrico e não tem necessariamente de ser utilizado. "A Segurança Social pode ser perfeitamente financiada pelos impostos em geral. Em relação à contribuição dada pela entidade patronal devo dizer que nunca compreendi a persistência deste atual modelo de tributação das empresas que empregam pessoas. Faz todo o sentido para estimular o emprego que empresas que não empreguem contribuam mais para o sistema da Segurança Social." ■

Programas Exclusivos



Com acompanhamento Oasistravel durante toda a viagem de/até Lisboa

Destino	Data
Azerbaijão, Geórgia & Arménia	1 a 13 Setembro
Circuito Balcãs (Bósnia–Montenegro–Albânia–Macedónia–Sérvia)	2 a 11 Setembro
Canadá	6 a 14 Setembro
Índia – Magia Colorida do Rajastão	11 a 21 Setembro
Vietname & Cambodja	5 a 15 Outubro
China, Macau & Hong-Kong	30 Outubro a 11 Novembro
Cruzeiro Singapura, Malásia e Tailândia	8 a 16 Novembro
Austrália (e extensão à Nova Zelândia)	13 a 26 Novembro
Argentina & Chile	8 a 20 Novembro
Outras sugestões disponíveis:	<b>FERIADOS de JUNHO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Berlim</li><li>• Florença e Toscana</li><li>• Galiza - Santiago Compostela</li><li>• Circuito na Irlanda</li><li>• Itália com Pompeia e Capri</li><li>• Circuito Praga, Bratislava, Viena e Budapeste</li></ul>

\*Desconto Especial de 10% para o acompanhante nas reservas até 30 ABRIL Aproveite !!

Aproveite ainda descontos\* para o acompanhante em:

- Programas Caraíbas e Canárias Soltour 70%
- Circuitos Nortravel 20%
- Viagens da Programação Solférias 10%

\* Não acumulável com outros descontos ou condições especiais

LISBOA - MQ POMBAL 213 193 600 outgoing@oasistravel.net	LISBOA - AV. ROMA 218 411 700 groups@oasistravel.net	SETÚBAL 265 237 674 setubal@oasistravel.net	facebook
---	--	---	----------



Texto: **ELSA ANDRADE**

## UNI Europa debate em Lisboa consequências da austeridade

## Desmistificar a "bíblia" da troika



Sindicalistas debateram em Lisboa estratégias contra a austeridade

Para concessão do empréstimo financeiro, BCE, UE e FMI exigem a assinatura de um "memorando de entendimento". E apesar de os países que recorreram ao seu auxílio apresentarem situações substancialmente diferentes em matéria financeira, económica e social... a receita é sempre igual. É a "bíblia" da troika, que a UNI Europa quer denunciar, obrigando os responsáveis a assumirem responsabilidades pela austeridade imposta

## O caso português

A receita da troika para Portugal não difere da que se tem aplicado nos outros Estados-membros sob intervenção externa. As consequências para os povos são também semelhantes.

Rui Riso, secretário-geral da Febase, apresentou o caso português.

Afirmando que o movimento sindical português considerou sempre que "a austeridade não é a solução nem para o mercado de trabalho nem para a economia" mas "o principal instrumento para a deterioração de ambos", Rui Riso apresentou o balanço da intervenção da troika: "Depois de um longo período de brutal austeridade, os resultados comprovam que a austeridade não traz nada senão pobreza, desemprego, aumento das desigualdades e liquidação do mercado económico."

"A proposta e imposta governação de uma economia neoliberal vê a regulação, os direitos adquiridos e o papel social do Estado como uma ameaça à sua agenda e, por isso, foram estes os eleitos como alvos a abater", criticou o secretário-geral da Febase e presidente da Direção do SBSI, acrescentando: "Os direitos sociais foram severamente diminuídos, o Estado foi obrigado a abandonar o seu papel regulador da economia e a levar a cabo uma profunda desregulação do mercado de trabalho."

Rui Riso enumerou as medidas negociadas com a troika e aplicadas pelo Governo, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho, da segurança social, da negociação coletiva, condições de trabalho e economia.

"As medidas adotadas tiveram como resultado a perda de emprego, o aumento do custo de vida e da agitação social, as privatizações (concluídas ou em curso) de tudo o que o Estado possuía, a estagnação do consumo privado face ao sentimento generalizado de desconfiança que levou, por um lado à concentração de grandes negócios em um único investidor e, por outro, à diáspora de jovens técnicos e quadros especializados em busca de oportunidades noutros países", concluiu.

Os países sob auxílio externo da troika comprometeram-se a cumprir o "memorando de entendimento", onde estão explícitas as condições para a concessão do empréstimo financeiro. Ou seja, o documento tipifica o conjunto de medidas relativas à maioria dos setores de atividade dos países subscritores, com um calendário explícito para a sua implementação. Teoricamente, o programa de assistência está adaptado à situação financeira, económica e social do país intervencionado.

A UNI Europa quer desmistificar essa crença, denunciando publicamente que a troika tem um guião pré-estabelecido para todos os países, independentemente da realidade de cada um. E alertar as populações para as consequências da aplicação dessa "bíblia" ideológica, igualmente comuns a todos os cidadãos.

Com esse objetivo, o grupo de trabalho da UNI Europa sobre "a crise, a austeridade e as suas consequências" esteve reunido em Lisboa, a 7 de março, dando sequência ao "workshop" realizado em Madrid.

Sindicalistas de Portugal, Espanha, Chipre, Grécia, Irlanda, Itália e Malta partilharam experiências sobre as medidas de austeridade tomadas a nível nacional e debateram estratégias sindicais para lhes fazer frente.

"Vamos discutir o nosso futuro. Que a UNI, de forma muito interventiva, seja portavoza dos problemas junto das instâncias europeias para que se atenuem estas medidas de austeridade sobre os povos",

afirmou Carlos Silva, do SBC, dando o mote à discussão, com contou com a presença de Philip Jennings, secretário-geral da UNI, e Oliver Roethig, secretário regional da UNI Europa.

## Políticas iguais, consequências iguais

Os relatos dos delegados dos sete países participantes foram muito semelhantes: o clima de austeridade imposto nos cinco países intervencionados (Chipre foi o último, com a novidade da aplicação de uma taxa sobre os depósitos bancários superiores a 100 mil euros) e noutros com problemas de défice excessivo ou na banca (como Itália e Espanha) está a afetar milhões de trabalhadores e a corroer os direitos sociais e sindicais.

As medidas da troika e dos respetivos governos são iguais: liberalização dos despedimentos, privatizações, cortes em salários e pensões, dismantelamento do Estado social, retirada de direitos, subida de impostos, condicionamento ou fim de serviços públicos, bloqueio da negociação coletiva, ataque aos sindicatos, montantes avultados dos empréstimos a serem pagos pelos contribuintes destinados a salvar a banca.

Os resultados destas medidas são dramáticos para milhões de cidadãos: desemprego galopante, aumento da pobreza, milhares de empresas a falirem, pressão sobre as finanças públicas, emigração em alta (sobretudo de jovens e mão-de-obra qualificada), famílias a ficarem sem as suas casas, corte nas prestações sociais e subsídio de desemprego, enorme perda de rendimento dos trabalhadores e famílias.

## Medidas concretas

O "workshop" da UNI Europa teve por objetivo debater medidas concretas dos sindicatos para denunciar o resultado da austeridade imposta pela troika e pelos governos nacionais nos países sob resgate e obrigar a Europa a alterar a atual política. Entre elas contam-se:

- Convidar delegações dos países do Norte a visitar os países intervencionados para verem a real situação dos cidadãos;
- Em conjunto com a CES, influenciar os decisores de Bruxelas a alterar políticas, exigindo a participação dos sindicatos no debate europeu;
- Protestar veementemente pela interferência do Estado na negociação coletiva ao definir salários, uma matéria exclusiva de sindicatos e empregadores;
- Garantir que os governos eleitos são a favor de uma política social;
- Não basta falar com os políticos, é preciso mobilizar os trabalhadores desde o "chão da fábrica";
- Fazer uma avaliação do significado do memorando da troika para que todos saibam o que eventualmente os espera;
- Estabelecer relações com a sociedade civil e os jovens, transmitindo a ideia de que o movimento sindical está na base dos direitos sociais conquistados no último século;
- Realizar uma campanha de denúncia comum a todos os países;
- Enviar um postal ao comissário europeu Olli Rehn e ao presidente da CE Durão Barroso responsabilizando-os pelas consequências da austeridade.

## Promover a transparência

"Troika watch" é uma página no facebook que tem por objetivo informar as pessoas de todos os países sobre o que está a acontecer e o que significa o "memorando" da troika para os trabalhadores e os sindicatos de serviços.



Trata-se de um instrumento interativo de divulgação, onde a UNI reproduz o conteúdo dos seus materiais informativos, com a vantagem de qualquer pessoa poder inserir comentários, mensagens ou os populares "like" (gosto).

Sendo um instrumento de trabalho sindical de difusão e denúncia sobre o que se está a passar em vários países, terá "janelas" sobre diversos temas, da negociação coletiva ao setor financeiro, histórias pessoais e testemunhos de famílias sobre os efeitos da crise e da austeridade nas suas vidas.

"Os líderes políticos da Europa estão a construir um quadro de regulação que lhes permite esconder a verdade", afirmou categoricamente Philip Jennings, justificando a necessidade desta página para promover a transparência.

O primeiro documento de disseminação do "troika watch" é sobre a Grécia, seguindo-se Portugal. "Troika watch" é acessível em: <http://www.facebook.com/TROIKAWATCH>

Face a esta realidade, o secretário-geral da UNI defendeu: "Temos de enviar uma mensagem radical: a austeridade não surte frutos positivos, não permite consumo interno, não desenvolve a economia."

Perante este contexto recessivo, tanto a nível económico como social e laboral, os sindicatos da UNI Europa definiram algumas estratégias para reagir a um sistema político neoliberal que insiste na aplicação de medidas de austeridade, especialmente nos países do Sul, destruindo o tecido económico, o emprego e a proteção social e

que está a colocar sob enorme tensão a coesão europeia.

## Identificar os responsáveis

"Temos de deslegitimar a troika", frisou Philip Jennings, defendendo a denúncia de um programa que está a ter o resultado contrário ao anunciado.

A maioria dos governos dos países intervencionados descarta responsabilidades quanto às medidas aplicadas, escudando-se na obrigação de cumprir o memorando; por sua vez, a troika também não assume a autoria, remetendo para os governos a opção sobre a forma de atingir os fins.

"Os políticos estão a mentir e ninguém assume responsabilidades pelo que se está a passar", afirmou o secretário-geral da UNI.

"Devemos mostrar o que está a acontecer e quem é responsável. Estamos a assistir aos maiores cortes de que há memória e aparentemente ninguém é responsável", frisou Oliver Roethig, considerando que "a regra da troika é dividir para reinar".

"Temos de pôr um rosto à troika – e o comissário europeu Olli Rehn é o verdadeiro engenheiro da troika", concluiu Philip Jennings.

Esta denúncia e a pressão para uma mudança de rumo na Europa exigem um trabalho sindical dinâmico e em moldes diferentes dos habituais. "Tudo o que fazemos a nível nacional não é suficiente. É preciso reinventar os sindicatos para fazermos ouvir a nossa voz", destacou Philip Jennings, considerando necessário "mobilizar trabalhadores e cidadãos" nesta batalha. ■





Sindicalistas exigiram em Bruxelas medidas que potenciem o emprego

## Manifestação em Bruxelas

# Todos contra a austeridade

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

Milhares de sindicalistas europeus manifestaram-se em Bruxelas no início do Conselho Europeu, exigindo o fim da austeridade e a promoção de políticas de crescimento e emprego. É tempo de mudar de rumo, intimaram. Os líderes da UE suavizaram o discurso, com Merkel e Durão Barroso a defenderem a luta contra o desemprego jovem. E Juncker, prudente, alertou os seus pares para o risco de uma revolta social

## Em defesa de um contrato social

A CES apresentou já oficialmente o seu Contrato Social para a Europa, tendo por objetivo alcançar um acordo tripartido europeu.

Subscrito por todos os líderes das organizações filiadas, o documento defende o Modelo Social Europeu e a coesão económica e social entre os Estados-membros.

A proposta de Contrato Social para a Europa assenta fundamentalmente em três pontos: negociação coletiva e diálogo social; governação económica para o crescimento e o emprego; justiça económica e social.

Em traços gerais, o Contrato Social defende:

- os direitos sociais fundamentais devem ter prioridade sobre as liberdades económicas;
- promoção de políticas que visem melhorar as condições de vida e de trabalho, assegurando empregos de qualidade, salários justos, igualdade de tratamento;
- diálogo social, direitos sindicais e outros direitos humanos;
- serviços públicos de qualidade e proteção social;
- uma política industrial que favoreça uma transição justa para um modelo de desenvolvimento sustentável.

A UGT apoiou desde o início o Contrato Social para a Europa e em sede de concertação social, em novembro de 2012, solicitou ao ministro da Economia e aos restantes parceiros sociais a sua discussão.

Respondendo à jornada de ação convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), mais de 15 mil sindicalistas europeus concentraram-se a 14 de março no Parc du Cinquantenaire, em Bruxelas, para exigir o fim da austeridade e a promoção de medidas que potenciem o crescimento e o emprego, sobretudo para os jovens.

A manifestação europeia foi convocada para o primeiro dia do Conselho Europeu, que reuniu na capital belga os líderes da UE, considerados os responsáveis pela profunda crise social ao optarem por políticas de austeridade que já provocaram a maior taxa de desemprego dos últimos anos – na véspera o Eurostat tinha revelado que no final de 2012 o número de pessoas com emprego atingiu o índice mais baixo dos últimos sete anos.

Sob o lema "Juntos por um futuro melhor: não à austeridade; sim ao emprego para os jovens" juntaram-se em Bruxelas delegações de sindicatos da Bélgica (responsáveis, com a CES, pela organização da iniciativa), França, Espanha, Itália, Grécia, Luxemburgo, Reino Unido e Portugal. Dirigentes dos sindicatos da Febase estiveram presentes, integrando a delegação da UGT, que face à situação nacional foi uma das maiores dos últimos anos.

Em simultâneo, e no âmbito da jornada europeia, realizaram-se ações descentralizadas na Alemanha, Áustria,

Espanha, Grécia, Letónia, Polónia, Portugal e Reino Unido.

### Respostas urgentes

Sob um clima implacável em que não faltou a queda de neve, os representantes dos trabalhadores europeus rumaram ao Parc du Cinquantenaire, onde se concentraram empunhando bandeiras, cartazes e faixas com frases elucidativas: "Não à austeridade", "Façam os especuladores pagar", "Garantam emprego aos jovens", "Milhares de empregos perdidos: políticos, o que fizeram?", "Juventude igual a futuro da Europa", "Juntos por um futuro melhor".

A concentração contou com a presença de muitos jovens, a faixa etária mais atingida pelo desemprego. Em dezembro do ano passado 5.702 milhões de jovens europeus com menos de 25 anos estavam sem trabalho. Em Portugal, a taxa anual de desemprego jovem atingiu os 37,7%, ou seja, 161 mil.

As várias intervenções sindicais deixaram uma mensagem clara aos políticos: a Europa tem de mudar de rumo.

"A austeridade é um fracasso. Não conseguiu reduzir os défices e tem um impacto social e económico devastador. Austeridade em contexto de crise económica só piorou a situação: fez aumentar as desigualdades e crescer a precariedade", declarou a secretária-geral da CES.

"Com a crise, os modelos sociais são atacados. Por toda a Europa o trabalho precariza-se, os despedimentos são facilitados, os salários revistos em baixa. Esta concentração tem duas prioridades: o fim da austeridade e a luta contra o desemprego dos jovens", frisou Bernadette Ségol.

João Prouença verbalizou o sentimento de milhões de trabalhadores europeus ao afirmar, dirigindo-se aos governantes do Conselho Europeu, que é tempo de acabar



## Discurso suave para insistir no mesmo rumo

O desemprego, especialmente o jovem, esteve no centro do Conselho Europeu de 14 e 15 de março, numa altura em que o número de pessoas sem trabalho atinge as mais altas taxas da década, chegando quase aos 50% entre os jovens.

Com uma enorme concentração de sindicalistas "à porta" e a perceção clara de que a maioria da população europeia rejeita as medidas de austeridade impostas, os líderes europeus desdobraram-se em declarações públicas sobre a preocupação com o flagelo do desemprego.

Angela Merkel apelou aos seus pares para apostarem na luta contra o desemprego. "Temos o Pacto para o Crescimento e o Emprego que aprovámos no verão passado e agora trata-se de dar-lhe vida", disse a chanceler alemã, acrescentando: "Há dinheiro e este tem de chegar aos cidadãos para que os jovens europeus tenham trabalho." Já Durão Barroso defendeu "medidas de curto prazo" para combater "os níveis inaceitáveis" de desemprego.

E nas conclusões da cimeira lê-se: "Haverá que pôr a tónica na implementação das decisões já tomadas, em particular no que respeita ao Pacto para o Crescimento e o Emprego. Deve ser dada especial prioridade ao apoio ao emprego dos jovens e à promoção do crescimento e da competitividade."

No entanto, se este Conselho marca o início de uma inversão de discurso, tal não significa uma mudança no rumo da austeridade. Basta atentar nas palavras do ministro alemão das Finanças: "Não há motivos para temer uma depressão" e "se nos mantivermos fortes e continuarmos neste caminho vamos aumentar mais a confiança que reconquistámos nos mercados". Wolfgang Schäuble foi claro.

Prudente, Jean-Claude Juncker, primeiro-ministro luxemburguês, avisou: "Corremos o risco de assistir a uma revolta social." Alguém o ouve?

com "o constante 'blá-blá-blá' que não conduz a nada nem resolve os problemas" e de "uma vez por todas enfrentar os desafios".

"Exigimos justiça e solidariedade. É fundamental que haja respeito pelos desempregados, respeito pelas pessoas. Hoje temos um aumento da pobreza e das desigualdades. Não aceitamos a exploração social", concluiu o líder da UGT.

### Uma luta de todos

As políticas de austeridade emanadas da Alemanha com o beneplácito de Bruxelas estão a mergulhar os países em recessão. As consequências económicas e sociais da crise – como a explosão do desemprego, a precarização galopante e as desigualdades crescentes – atingiram "os limites do socialmente aceitável" numa série de países europeus.

"A confiança dos mercados não depende da austeridade mas da confiança

dos cidadãos e do apoio do BCE. Para restaurar a confiança na União Europeia é preciso retomar o crescimento e o emprego", defendeu a CES, considerando que as atuais políticas europeias estão a criar nos trabalhadores o sentimento de que a UE é parte do problema e não da solução.

Não é possível insistir em políticas que visam exclusivamente a austeridade e estão a arrastar a Europa para a recessão e para o desemprego. Nos países da zona euro houve um decréscimo do PIB em 2012 e as previsões para este ano vão no mesmo sentido. O fim da crise não se alcança apenas com medidas nacionais. O crescimento económico exige políticas europeias e nacionais.

E as políticas europeias, defende a CES, têm de passar pelo lançamento de um programa de investimento europeu, que conduza à criação de emprego e dinamize o crescimento económico. ■



## Sindicatos celebram Dia Internacional da Mulher

Textos: **INÉS F. NETO**

# Direitos conquistados têm de ser defendidos

Muitas conquistas foram alcançadas em matéria de igualdade de género, especialmente no domínio laboral, onde os sindicatos têm tido um papel fundamental. Mas a crise está a alterar as condições de trabalho e é preciso estar atento para evitar o retrocesso

Celebrado desde 1975 pelas Nações Unidas, o Dia Internacional da Mulher é um marco na luta das mulheres por condições de trabalho e salários dignos, recordando as operárias têxteis de Nova Iorque que em 1857

entraram em greve e ocuparam a fábrica, exigindo a redução do horário de trabalho. Fechadas nas instalações, 130 morreram no incêndio que deflagrou.

Desde então, muitas conquistas foram alcançadas um pouco por todo o mundo no âmbito da igualdade de género e Portugal não fugiu à regra. Sobre tudo nos últimos anos a prática tem-se aproximado da legislação, que neste âmbito é uma das mais progressistas da Europa.

Os sindicatos têm desenvolvido um papel extremamente ativo nos locais de trabalho, lutando para que as oportunidades sejam iguais para homens e mulheres e combatendo todo o tipo de discriminação.

Os sindicatos do setor financeiro estiveram sempre na linha da frente dessa luta e não é por acaso que entre as atividades de serviços banca e seguros são das que registam uma maior paridade.

Mas a crise está a alterar profundamente o mercado laboral português, com o desemprego a atingir níveis recorde e a afetar cada vez mais famílias – em fevereiro a taxa era já de 17,5%, prevendo-se que atinja os 19% no final do ano. O setor financeiro não tem escapado a este pesadelo.

O receio de perder o emprego está a levar muitos trabalhadores e trabalhadoras a cederem às pressões das entidades patronais e a prescindirem do usufruto dos seus direitos. Porque a crise não pode ser sinónimo de retrocesso nas conquistas arduamente alcançadas, os sindicatos da Febase, através dos respetivos GRAM, mantêm viva a memória do Dia Internacional da Mulher, aproveitando a celebração para alertar os sócios para a necessidade de, todos juntos, denunciarem atropelos e defenderem o que foi alcançado. ■

## Entre arte figurativa e monumental

O SBSI celebrou o 8 de março em Alenquer, com uma visita guiada pelo artista plástico João Mário ao seu museu-galeria e um eloquente "passeio" pela História da vila através dos seus principais monumentos.

Numa altura em que o País vive uma profunda recessão económica e social, este foi também um momento de reflexão



O convívio prolongou-se pela tarde fora

A vila de Alenquer foi o local eleito este ano para a tradicional comemoração do Dia Internacional da Mulher, a 9 de março, que como sempre aliou o convívio à cultura e à reflexão sindical.

O passeio por Alenquer incluiu uma visita guiada por um técnico municipal aos principais locais históricos e patrimoniais, como os Paços do Concelho (incluindo o Salão Nobre) e a Igreja de São Pedro. A História da vila, que é também um pouco da memória do País, "desfilou" nas palavras sábias do técnico, que não esqueceu um filho da terra, Damião de Góis.

Os sócios do SBSI tiveram ainda oportunidade de apreciar as obras do pintor João Mário no seu museu privado, numa visita guiada pelo próprio. Além dos admiráveis

700 quadros do artista, maioritariamente figurativos, o museu contém também obras de autores como Silva Porto e Malhoa.

Antes do almoço, tempo ainda para uma paragem no celeiro real público, construído em 1811, agora transformado em Museu do Vinho e local da rota dos vinhos de Lisboa. Além de uma prova dos néctares da região, foi visionado um documentário de 1930 sobre as vindimas, completado por um atual, permitindo comparar a diferença de processos.

### "Papel determinante das mulheres"

No espaço onde decorreu o convívio, o GRAM – composto por Paula Viseu (coor-

denadora), Teresa Lourenço e Teresa Pereira – projetou frases alusivas à situação da mulher: "Sou penalizada por ter filhos", "trabalho mais 2 horas/dia sem remuneração", "não tenho acesso a lugares de tomada de decisão".

O encontro, que teve a participação de perto de duas centenas de associados, contou com a presença de vários membros dos Corpos Gerentes do SBSI, que entregaram aos associados contemplados os prémios sorteados.

Depois do repasto e antes da música para um pezinho de dança, teve lugar um período de reflexão sindical, durante o qual Paula Viseu e Rui Riso, presidente da Direção, evocaram o Dia da Mulher e a situação laboral no setor bancário.

"As entidades patronais aproveitam a crise e a conjuntura económica para alterar as regras no sentido que há muito desejam e por isso denunciaram o ACT", disse a coordenadora do GRAM, frisando que "crise não é sinónimo de retrocesso".

"A luta desenvolvida desde o 25 de abril deu às mulheres um lugar determinante na sociedade. Não queremos que se perca tudo o que conquistámos", acrescentou.

Paula Viseu chamou a atenção para os níveis recorde do desemprego feminino, adiantando que como este é socialmente mais bem aceite do que o masculino, as mulheres voluntariam-se nas rescisões para receberem a indemnização e

ficaram em casa a cuidar dos filhos. "Arriscamo-nos a perder o papel ativo das mulheres que na última década saíram das universidades", alertou.

### "Mudança pela ação do Sindicato"

Rui Riso optou por uma intervenção mais positiva, destacando o papel da mulher na sociedade que, considerou, é reconhecido pelos homens.

"A sociedade tem mudado muito, e também pela ação do Sindicato", disse o presidente da Direção lembrando a luta desencadeada ao BCP pela valorização da maternidade. "O SBSI tem estado sempre à frente da sociedade e dos movimentos sociais", frisou. O Sindicato valorizou

sempre a mulher e prova disso é o GRAM.

"Em momentos de dificuldades é a mulher que tem de gerir um rendimento mais parco, de alimentar a família. Cabe à mulher fingir que há pão", lembrou Rui Riso, frisando ainda que elas são, também, "mais vulneráveis ao desemprego".

"Hoje a violência social não é só sobre mulheres mas também os homens. Temos de perceber que só todos juntos podemos fazer alguma coisa. Esse é o papel do nosso Sindicato", disse o presidente da Direção, concluindo:

"Não estar sindicalizado prejudica também os que estão à nossa volta. É preciso trazer mais bancários para o seio do SBSI, porque este é um projeto que vale a pena." ■

## SBN leva associadas a Seia

Texto: **FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA**



Duas centenas de associadas visitaram o Museu Nacional da Eletricidade

O SBN comemorou o Dia Internacional da Mulher em Seia, com uma visita ao Museu Nacional da Eletricidade e um almoço na Quinta do Crestelo, seguido de uma tarde de animação, com música ao vivo

dezembro de 1909, foi a primeira central da Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela, o que permitiu que, nessa data, a energia chegasse a Seia pela primeira vez.

Ao longo de seis décadas, foi construído um sistema de centrais hidroelétricas em cascata, que percorrem altitudes entre os 1.600 e os 400 metros e que têm os caudais regulados no verão com as águas da Barragem da Lagoa Comprida, entre outras. Em 1907 iniciou-se a construção da Central da Senhora do Desterro, das quatro exis-

tentes sobre o rio Alva. Seguiu-se-lhe, em 1919, a da Ponte de Jugais, em 1937 a de Vila Cova, e mais tarde a do Sabugueiro – empreendimentos que representaram um importante papel no desenvolvimento da eletrificação regional.

Com ampliações sucessivas, a Central da Senhora do Desterro manteve-se em atividade até 1994 e, através de uma parceria entre a EDP e o município de Seia, abriu ao público no dia 11 de abril de 2011, transformada num espaço de fruição da memória que remonta aos primórdios da exploração da energia elétrica em Portugal.

O Museu Nacional da Eletricidade, representativo da arqueologia industrial, alicerçou esta exposição permanente nos equipamentos que durante décadas permitiram o seu funcionamento. Ali, os visitantes do GRAM do SBN tomaram contacto com o processo de produção da central, incluindo o funcionamento dos quatro grupos geradores, do painel de comando, da conduta, do canal da restituição da água ao rio Alva e das ferramentas de apoio usadas na manutenção das máquinas. ■

As duas centenas de participantes do GRAM do SBN – associadas e familiares – que dia 9 de março comemoraram o Dia Internacional da Mulher em Seia destacaram a visita ao museu, instalado a seis quilómetros da cidade (oitocentos metros de altitude), num local particularmente agradável, nas margens do rio Alva.

Trata-se da Central da Senhora do Desterro – uma das mais antigas hidroelétricas de Portugal –, fruto da iniciativa de um grupo de industriais locais, que viram nas características hídricas da Serra da Estrela um potencial energético que designaram por hulha branca. Inaugurada em 26 de

O STAS comemorou o Dia da Mulher com o envio a todas as associadas de um postal alusivo à data







A semelhança do ano passado, a UGT volta a descer a Avenida da Liberdade, exigindo crescimento económico e combate ao desemprego

## Na rua pelo fim da austeridade

A Avenida da Liberdade volta a ser o palco para as comemorações da UGT do 1.º de maio. Face ao agravamento das condições de vida dos portugueses, o Dia do Trabalhador poderá ser dos mais concorridos de sempre

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Pelo seu significado, o 1.º de maio é o dia mais importante para o trabalhador em vários países do Mundo. Este ano, e especialmente em Portugal, a efeméride ganha especial relevância pelo facto de os trabalhadores viverem um dos períodos mais negros da história recente, com uma grave crise económica aprofundada por medidas de austeridade cada vez mais penalizadoras.

Com a taxa de desemprego a bater recordes e a precariedade a assolar grande parte dos postos de trabalho, os portugueses terão oportunidade de transformar a rua num verdadeiro bastião de resistência, dando mais um sinal claro aos governantes de que o caminho da austeridade tem de conhecer um fim.

A UGT sempre se bateu por melhores condições de vida, pela defesa da negociação coletiva e pelo combate às desigualdades sociais, e neste momento particularmente difícil volta a manifestar-se em força, com a marcha a ter início no Marquês de Pombal, em Lisboa, a partir das 14h00, e a descer a Avenida da Liberdade até aos Restauradores, onde terão lugar os habituais discursos dos líderes da central sindical.

Este 1.º de maio ficará também marcado por uma nova fase na vida da UGT. Carlos Silva, que deverá ser eleito líder da central no Congresso de abril (é o único candidato), fará o seu primeiro discurso na qualidade de secretário-geral.

### Defender o Estado social

Para o novo líder, o setor financeiro tem responsabilidades no surgimento desta crise e, como tal, deve também ser parte integrante na criação de soluções que permitam sair da mesma.

Promover medidas que fomentem o crescimento económico, combater o desemprego e assumir uma defesa forte do Estado social e do Modelo Social Europeu serão as principais linhas da central.

A UGT não deixará igualmente de fazer um forte apelo à unidade dos trabalhadores e à mobilização de todos para os difíceis combates que se aviznam.

Além do substituto de João Proença, também Lucinda Dâmaso deverá discursar pela primeira vez como presidente da UGT, cargo ocupado até aqui por João de Deus e ao qual se candidata no Congresso.

Os primeiros discursos dos novos rostos da central terão lugar, como habitualmente, na Praça dos Restauradores. ■

## Implicações do Orçamento do Estado no rendimento familiar

TEXTO: CARLA MIRRA\*

Em 2013 está a ser exigido aos contribuintes um esforço adicional, e muito relevante, que terá reflexos claros na economia familiar de cada um

Foi aprovado, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o Orçamento do Estado para o ano de 2013, assistindo-se, com ele, a uma das maiores cargas fiscais de que os contribuintes têm memória nos últimos anos.

Neste espaço dificilmente conseguiríamos fazer referência a todas, atenta a sua extensão. No entanto, algumas, pela sua relevância, e principalmente pelas consequências no "orçamento familiar mensal", serão aqui enunciadas, independentemente de outras considerações sobre eventual constitucionalidade ou adequação das mesmas.

### Trabalho dependente

As entidades devedoras dos rendimentos de trabalho dependente e de pensões ficam obrigadas a reter uma importância correspondente a 3,5% da parte do valor de rendimento que, depois de deduzidas as retenções na fonte e contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde, exceda o valor da retribuição mínima mensal garantida (485,00€). Enquanto no ano de 2011, a obrigação de retenção na fonte da sobretaxa incidiu somente sobre o subsídio de Natal, a obrigação de retenção constitui-se agora no momento em que os rendimentos são devidos nos termos da lei, são pagos ou colocados à disposição.

Outra alteração relevante foi a do limite até ao qual o valor do subsídio de refeição se encontra isento para efeitos de IRS e Segurança Social, acabando com a majoração de 20% no caso de este subsídio ser pago em dinheiro, mas mantendo a majoração de 60% no caso de ser pago através de vales ou cartões de refeição.

O valor do subsídio de refeição excluído de tributação é, assim, atualmente de 4,27€, sendo que em 2012 era de 5,12€ e em 2011 era 6,41€. Se pago através de vales/tickets ou cartão, o valor isento de tributação manteve-se nos 6,83€. Neste campo, na sequência de uma tendência a que já se havia assistido no ano transato,

muitas têm sido as empresas que têm vindo a sugerir aos seus colaboradores a adesão a formas alternativas de pagamento do subsídio de refeição.

A opção pelo pagamento através de vales ou cartão refeição permite contornar o aumento da carga fiscal, quer para a empresa quer para os seus colaboradores. Há obviamente argumentos favoráveis e desfavoráveis na opção a tomar, mas essa será uma ponderação que caberá a cada um: se por um lado haverá menos descontos para a Segurança Social, com eventuais reflexos em situações de baixa por doença, desemprego, reforma ou outras, por outro haverá pessoas que "como forma de organização pessoal, melhor poderão gerir os gastos em alimentação", dado que é possível utilizar este tipo de cartões em lojas do setor alimentar (supermercados; hipermercados; restaurantes; cafés;...). Inegavelmente, o valor líquido mensal disponível será superior, ao optar por esta modalidade de pagamento, o que torna esta solução claramente "apetível" para trabalhadores e empresas.

### Duodécimos

Com a LOE 2013, conjugada com a Lei n.º 11/2013, de 28/01, foi ainda estabelecido um regime temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013, suspendendo-se durante este ano a vigência das normas constantes da parte final do n.º 1 do artigo 263.º e do n.º 3 do artigo 264.º do Código do Trabalho. Veio, assim, a ser introduzida a possibilidade de os trabalhadores poderem optar receber 50% de cada um dos subsídios em duodécimos.

Esta opção, que já foi tomada pelos trabalhadores nesta data, visou compensar, de algum modo, a perda líquida mensal que os mesmos sofreram, fruto das alterações atrás referidas, aliadas ao agravamento das taxas de retenção aplicáveis. A opção tomada terá reflexos durante todo o ano de 2013, alertando-se para o facto de que os duodécimos são alvo de retenção autónoma, de acordo com o previsto na lei.

O mesmo não se poderá dizer relativamente aos trabalhadores de empresas de capitais maioritariamente públicos, cujas penalizações foram (mais uma vez) ainda mais gravosas: o subsídio de Natal é pago obrigatoriamente em duodécimos e o subsídio de férias é suspenso para todos os



Os impostos sobre o subsídio de refeição também aumentaram

trabalhadores cuja remuneração base mensal seja superior a 1100 €.

Para aqueles cuja remuneração base mensal seja igual ou superior a 600€ e não exceda o valor de 1100€ ficam sujeitos a uma redução no subsídio de férias ou prestações correspondentes ao 14.º mês, auferindo um montante calculado nos seguintes termos: subsídio/prestações = 1320 - 1,2 x remuneração base mensal.

Quanto aos pensionistas, a carga fiscal foi também ela elevadíssima pois, além do aumento das taxas de retenção de IRS, bem como da aplicação da sobretaxa especial de IRS, do congelamento do valor nominal das pensões (com exceção das pensões mínimas do regime geral e de alguns regimes especiais) recebem o subsídio de Natal em duodécimos e têm ainda, em alguns casos, de pagar uma contribuição extraordinária de solidariedade (CES).

### Outras alterações

Surpreendentemente, e depois do decréscimo recente das fórmulas de cálculo dos subsídios de desemprego e doença, essas prestações passam a estar sujeitas às seguintes taxas:

- a) 5% sobre o montante dos subsídios concedidos no âmbito da eventualidade doença;
- b) 6% sobre o montante dos subsídios de natureza previdencial concedidos no âmbito da eventualidade desemprego.

No ano de 2013 está a ser exigido aos contribuintes um esforço adicional, e muito relevante, que terá reflexos claros na economia familiar de cada um. Sacríficos que mais uma vez são impostos, embora sob uma apenas aparente legalidade/constitucionalidade em muitos dos casos. ■

\*Advogada do STAS



## Pré-reformados atingidos

# STAS quer esclarecimentos sobre extinção do subsídio de lar

A Segurança Social está a avisar os pré-reformados da cessação do direito ao subsídio de lar, concedido através do fundo especial dos profissionais dos seguros, e a exigir a restituição dos valores recebidos. O STAS discorda deste procedimento e já solicitou esclarecimentos ao secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social



Textos: CARLA MIRRA

O Fundo pode ser utilizado no pagamento de intervenções cirúrgicas e lares de idosos

A extinta Caixa Sindical de Previdência dos Profissionais de Seguros foi definitivamente integrada na Segurança Social em fevereiro de 1993. Até àquela data geria um fundo designado Fundo Especial dos Profissionais de Seguros, regulamentado pela Portaria n.º 233/90 de 29 de março, que foi adaptada com efeitos a janeiro de

1993 pela Portaria n.º 287/93 de 12 de março.

Este fundo, além de atribuição de prestações de apoio social em situações de comprovada carência económica, destina-se a contemplar as famílias, desde que cumpridos determinados requisitos, através da concessão de um "subsídio de lar".

Ora, de acordo com a referida portaria este subsídio é concedido em condições enunciadas no Art.º 5.º daquele dispositivo legal. Acontece que, de há alguns meses para cá, têm os serviços da Segurança Social enviado diversas comunicações a vários trabalhadores da atividade seguradora, todos eles pré-reformados após a entrada em vigor do Código Contributivo, informando da cessação do direito.

Mais recentemente foram enviadas notas de restituição aos mesmos, solicitando a Segurança Social que fossem feitas reposições de valores recebidos a título de "subsídio de lar", alegadamente de forma indevida.

O STAS discorda deste procedimento, pelo facto de os trabalhadores pré-reformados, reunidas que sejam as restantes condições, manterem o direito ao "subsídio de lar". Por esse motivo já endereçou cartas aos serviços da Segurança Social, bem como ao secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, de forma a tentar de uma vez por todas esclarecer e clarificar estas e outras situações conexas. Trata-se de um erro/lapso da Segurança Social, que carecerá de resolução pelos respetivos serviços.

Os visados com comunicações desta índole deverão contactar os serviços jurídicos do Sindicato, de forma a podermos analisar a questão e eventualmente prestar o auxílio necessário às respetivas reclamações. ■



## Acordo entre APS, STAS e SISEP

# Publicada portaria de extensão do CCT

A portaria de extensão do contrato coletivo entre a APS - Associação Portuguesa de Seguradores e o STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora e outro (portaria n.º 134/2013) foi publicada no Diário da República I Série, de 28 de março de 2013.

A portaria é aplicável em território continental e entrou em vigor 5 dias após a publicação em Diário da República, ou seja, no dia 2 de abril de 2013.

Desta forma, as condições de trabalho constantes do CCT da Actividade Seguradora, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, são estendidas às empresas não filiadas na APS bem como aos trabalhadores que não estejam filiados em nenhum dos sindicatos outorgantes.

No que respeita à Região Autónoma da Madeira, já fora publicada a portaria de extensão n.º 2/2012, no Jornal Oficial da RAM de 2 de março de 2012, e na Região Autónoma dos Açores foi publicada a Portaria de Extensão n.º 3/2012, de 23 de abril de 2012.

Textos: INÉS F. NETO

## Na sequência da decisão do Tribunal Constitucional

# Bancários e reformados recuperam subsídio de férias

Os trabalhadores no ativo da CGD, Banco de Portugal, IFAP e demais institutos públicos, bem como os reformados cuja pensão paga pela Segurança Social ou pela CGA estava suspensa, receberão este ano o 14.º mês. A decisão do Tribunal Constitucional veio confirmar a posição sempre defendida pela Febase

A tão aguardada decisão do Tribunal Constitucional aos pedidos de fiscalização de algumas normas do Orçamento do Estado para 2013 foi conhecida na noite de 5 de abril.

No que tem interesse específico para os bancários, a decisão do Acórdão n.º 187/2013 declarou inconstitucionais as normas que visavam suspender o pagamento de subsídios, nomeadamente o artigo 29.º (suspensão do pagamento de subsídio de férias ou equivalente) e o artigo 77.º (suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente de aposentados e reformados).

Não se verificando, como no ano passado, a limitação de efeitos da decisão de inconstitucionalidade, o Estado passa a estar imediatamente vinculado à decisão do Tribunal Constitucional. Nesse sentido, o Estado pagará os respetivos subsídios, não podendo opor nenhuma exceção.

Face a esta decisão daquele órgão de soberania, que é o tribunal ao qual compete especificamente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, a Febase lembra às administrações da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do Banco de Portugal (BdP) e dos institutos

públicos, nomeadamente do IFAP, que nada mais justifica o não pagamento imediato do 14.º mês, que tinha sido suspenso naquelas instituições no cumprimento do estipulado na lei do Orçamento do Estado.

Do mesmo modo, também os reformados bancários cuja pensão é, em parte, suportada pela Segurança Social ou pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) irão este ano receber o subsídio de férias nos termos habituais, tal como expresso nos respetivos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho. Estão neste caso os reformados de instituições como o Santander Totta, ex-BNU, CGD, BdP, IFAP, Banif e outros. ■



Os juizes do Tribunal Constitucional anunciam a decisão sobre o OE 2013

# ACT do BCP adaptado ao Código do Trabalho

A Febase e a administração do BCP concluíram já a revisão ainda pendente do ACT. O Acordo está prestes a ser assinado

Após a publicação no BTE do Acordo do ACT relativo à transposição para a convenção coletiva das normas do Código do Trabalho – nomeadamente da matéria sobre parentalidade e uniões de facto – obtido em sede da Associação Portuguesa de Bancos (APB), a Febase iniciou diligências junto do BCP para a adequação do respetivo IRCT a essas normas.

Assim e após várias insistências em 2012, este ano realizaram-se as negociações que passam a possibilitar aos unidos de facto usufruir dos mesmos direitos contratuais dos restantes trabalhadores, desde que cumpram os requisitos previstos no Acordo.

Para os devidos efeitos, a existência da união de facto deve ser comprovada mediante a entrega à instituição de declaração sob compromisso de honra dos dois unidos, acompanhada de certidões de cópia integral do registo de nascimento de cada um deles emitidas há menos de 60 dias e de documento comprovativo de que o IRS foi enviado em nomes dos dois ou, se enviado em separado, para o domicílio fiscal de ambos.

O disposto na respetiva cláusula do Acordo aplica-se às situações de união de facto cujo prazo de dois anos se inicie a partir da data de entrega à instituição da declaração sob compromisso de honra dos dois unidos.

Relativamente às situações de união de facto existentes à data da publicação da presente cláusula no BTE, o prazo será contado desde o início dessas situações se, nos 180 dias a contar da mesma data, for entregue a declaração, contendo ainda a indicação da data do início da união de facto.

Por fim, presume-se a subsistência da união de facto na data da morte do traba-

lhador mediante apresentação de certidão de cópia integral do registo de nascimento com o averbamento do seu óbito, de certidão de cópia integral do registo de nascimento do beneficiário, emitida após o mesmo óbito, e de documento comprovativo de que a última nota de liquidação fiscal relativa ao IRS foi enviada para o domicílio fiscal comum dos unidos de facto.

## Plano complementar

O Acordo contemplou ainda a adaptação do texto do ACT no que diz respeito ao plano complementar.

Decorria das disposições dos contratos constitutivos dos fundos de pensões do BCP que o banco tinha plenos poderes nesta matéria – ou seja, não estava dependente na negociação coletiva e, como tal, podiam ser alterados a todo o momento, o que veio a acontecer no final de 2012. Nesse sentido, o texto do ACT foi adaptado em conformidade.

Em próxima edição serão explicados aos trabalhadores os efeitos práticos destas alterações. ■



A propósito do momento de tensão por que passa a concertação social, Elísio Estanque, sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES), escreveu um artigo em exclusivo para a revista "Febase", que publicamos nestas páginas



Elísio Estanque, um investigador há longos anos dedicado às questões do sindicalismo

## Crise, ameaças e desafios do sindicalismo

Foi com muito agrado que acedi ao convite e que estou procurando responder ao desafio que me foi endereçado pela Revista da Febase. Além do mais, refletir sobre o campo laboral e sindical perante um público tão exigente e informado – os trabalhadores bancários –, requer um esforço de enquadramento sociológico da força de trabalho, designadamente a do setor dos serviços e, nessa medida, uma breve nota sobre a "classe média" assalariada, sem esquecer questões correlatas como sejam a coesão social, o diálogo/concertação e a conflitualidade. É ou não o sindicalismo um ator fundamental na preservação da coesão de uma sociedade? O sindicalismo está em crise? Que tipo de sindicalismo se ajusta melhor a uma sociedade que se debate com bloqueios desta natureza? O conflito e o consenso são opções opostas ou complementares? Que obstáculos maiores se levantam hoje ao sindicalismo português? E os desafios que temos pela frente – inclusive num cenário "pós-crise" – pressupõem algum contributo específico do campo sindical para a consolidação da democracia portuguesa?

Estas são apenas algumas das interrogações sobre as quais vale a pena

refletir, tendo por base o quadro de austeridade e de limitações à democracia que hoje impera no País. É claro que as perguntas assim formuladas deixam, desde logo, antever a visão crítica que aqui procuro expor, seja em relação aos poderes hegemónicos seja inclusive no que respeita ao próprio campo sindical.

### Sindicalismo e coesão social\*

Que o movimento sindical foi, historicamente, um elemento decisivo para o progresso social, as conquistas democráticas e a consolidação dos direitos das classes trabalhadoras, creio que ninguém duvida. E mesmo hoje, perante o refluxo social que enfrentamos, são provavelmente a principal força de resistência organizada capaz de travar o agravamento da catástrofe. Em alguns textos que tenho vindo a publicar nos últimos anos – académicos ou artigos de jornal – procurei realçar a importância fulcral que atribuo ao sindicalismo na preservação da coesão social e na própria dinâmica de mudança que é inerente às sociedades democráticas ocidentais, em particular na Europa.

Tanto no plano mais geral, considerando as grandes transformações ocor-

ridas desde a Revolução Industrial em Inglaterra, como no caso específico de Portugal, o associativismo dos trabalhadores e o movimento operário deixaram-nos um legado de experiências, de lutas e de conquistas a todos os títulos incontestável.

A partir de meados do século XX, o advento do Estado-Providência e o pleno emprego configuraram-se como mecanismos redistributivos cujas metas garantiram amplos consensos, dando lugar a um contexto em que o neocorporativismo ganhou expressão institucional. Nesse quadro, consolidaram-se relações e compromissos entre o governo e os interesses organizados, dando lugar ao fordismo como modelo de relação salarial dominante (que incluiu, além da negociação tripartida, o diálogo social interno, os ganhos salariais, a segurança e estabilidade no emprego e as perspetivas de carreira, associadas a regalias materiais e assistenciais diversas).

### Da luta à negociação

Se olharmos a evolução do mundo sindical em paralelo com o processo de maturação das instituições democráti-

cas é fácil concluir que ao longo dos últimos duzentos anos se assistiu a uma constante readaptação do sindicalismo, que foi progressivamente substituindo a ênfase na luta e mobilização coletiva por uma maior atenção dedicada à negociação e enquadramento institucional. É claro que o protagonismo do campo sindical se prende, acima de tudo, com a sua legitimidade, não apenas apoiada na lei, mas também no papel histórico que lhe é reconhecido, visto representarem uma parte significativa da força de trabalho.

Pode dizer-se que os modelos de concertação tripartit (compostos por sindicatos, empresários e governo) que vingaram nas democracias avançadas exprimem o reconhecimento de que as nossas sociedades são essencialmente plurais e conflituais e que o mundo laboral tem uma voz e um "peso" (tal como os restantes parceiros) decisivos no desenho das políticas económicas e

dos direitos sociais que elas consagram.

Quer isto dizer que só a partir da divergência pode ser alcançada a convergência ou, por outras palavras, só faz sentido o consenso se cada um dos parceiros, além de possuir meios e argumentos para dialogar, aceitar fazer concessões em relação aos demais. Se a parte mais poderosa impõe unilateralmente a sua vontade está a estimular o conflito.

Ao mesmo tempo, é importante não perder de vista a diversidade de correntes internas que compõem o movimento sindical desde a sua génese, corolário das múltiplas ideologias e doutrinas políticas das sociedades industriais modernas. Tais divisões e sensibilidades derivam não apenas de diferentes visões teórico-ideológicas no abstrato mas sobretudo da primazia que, em cada contexto concreto, é atribuída ao binómio luta política ver-

sus reivindicações materiais. Convém ainda ter em atenção que o vigor ou a fragilidade do campo sindical assenta em larga medida no grau de abertura e capacidade de atualização de modelos e estruturas cuja fonte inspiradora reside nos problemas e demandas da sociedade mais geral em cada momento histórico.

### Crescimento e declínio da classe média

A dinâmica de "afluência" (ou seja, progresso, empoderamento ou mobilidade social) dos trabalhadores europeus e o contínuo crescimento das respetivas "classes médias", na segunda metade do século XX, não foi mero desfecho dos mecanismos "espontâneos" do mercado e da concorrência individual – ao contrário do que pretendem as correntes liberais e positivistas, que tendem a confundir os EUA com o mundo –, mas antes fruto de uma persistente ação conjugada entre as políticas sociais, desenvolvidas no âmbito do Estado-Providência, a inovação tecnológica e científica e a luta sindical, sobretudo no setor dos serviços e do funcionalismo público, aspetos estes que se tornaram sem dúvida os principais responsáveis pela expansão da classe média assalariada.

De facto, no caso de Portugal esse processo foi particularmente ambíguo e tardio, tendo como resultado o crescimento rápido mas muito instável de segmentos da classe média assalariada (funcionários, professores, profissionais da administração pública, empregados de escritório, seguros e banca, etc.), cujo estatuto se cimentou sobretudo numa suposta estabilidade e em carreiras profissionais promissoras, que no entanto revelaram toda a sua vulnerabilidade perante o aproximar da crise e das medidas de austeridade, daí resultando o que designei como "declínio" da classe média (Estanque, 2012).

Assim, é necessário olhar o campo sindical enquanto sistema aberto, ainda que em dados momentos se considere que a burocracia interna (ou mesmo a lógica oligárquica) que dele se apodera o conduza a um excessivo fechamento face à sociedade e aos seus apelos.

Os problemas internos com que se defrontam os sindicatos são, com efeito, sempre indissociáveis dos processos de recomposição mais gerais que ocorrem no mundo do trabalho. ■



Mesmo os segmentos sociais mais desligados do ativismo e do sindicalismo mostram uma maior consciência social, como em 15 de setembro



## Bloqueios internos e externos

Com as tendências de globalização, dos mercados e da economia, a ação dos sindicatos sofreu profundas transformações

Como é sabido, o sindicalismo português tem raízes antigas e há cerca de cem anos já as divisões internas eram intensas. Mas o "grande cisma" do sindicalismo democrático em Portugal remete para as lutas do período revolucionário (1974-1975) e as disputas políticas e ideológicas de que o País foi palco, designadamente por parte das superpotências em disputa no período da "guerra fria", e que deram lugar às duas confederações sindicais existentes (CGTP-IN e UGT).

Não sendo esse o tema aqui em questão, vale a pena, porém, registar que a alegada opção entre sindicalismo de "negociação" (ou de mercado) versus sindicalismo "de classe" (ou de contrapoder), será mais uma narrativa para alimentar divisões artificiais, e a meu ver prejudiciais aos trabalhadores, do que expressão de dois modelos inconciliáveis. Não há verdadeira negociação sem conflito/oposição e, por outro lado, a luta sem diálogo não tem sentido.

### Crise

Com as tendências de globalização dos mercados e da economia a ação dos sindicatos sofreu profundas transformações: por um lado, as decisões mais importantes para os interesses sindicais deslocaram-se das arenas nacionais "para cima" (para níveis transnacionais) e "para baixo" (para níveis subnacionais).

Em ambos os níveis os sindicatos revelaram-se consideravelmente mais fracos do que no nível nacional; por outro lado, as decisões macroeconómicas passaram a ser progressivamente produzidas no quadro de negociações intergovernamentais e dos mercados globais, patamares que superaram claramente a capacidade de ação das estruturas sindicais. Além disso, decisões sobre salários e condições de trabalho passaram a depender menos de acordos coletivos e mais das empresas, espaços onde a influência sindical se vem revelando cada vez mais dispersa e frágil.

Podem apontar-se alguns dos fatores da crise do sindicalismo: a) desagregação de interesses da classe trabalhadora, devido ao aumento da diferenciação, segmenta-



Decisões macroeconómicas são produzidas no quadro de negociações intergovernamentais e dos mercados globais

ção e flexibilização dos mercados de trabalho e precarização da relação salarial;

b) crescente ausência de lealdade e solidariedade dos trabalhadores ao sindicato como reflexo do reforço do individualismo;

c) endurecimento da oposição patronal e governamental decorrente de contextos de liberalização e de "leofilização" das empresas (lean production ou "produção magra");

d) o crescimento do desemprego e a multiplicação de formas contratuais precárias e situações de subemprego, sem segurança e sem direitos;

e) a crise de representatividade sindical, que se traduz na dificuldade de mobilização de trabalhadores para as ações de luta, dada a contração do volume de sindicalizados e o efeito dissuasor do espectro do desemprego (Estanque e Costa, 2011).

Não surpreende, pois, que nas últimas duas décadas o campo sindical tenha sido confrontado com uma significativa fragilização. Estudos de opinião recentes mostram uma escassa confiança dos portugueses nos sindicatos, que chegam a surgir mesmo abaixo do governo em termos de popularidade, embora a maioria reconheça a importância dos sindicatos para a defesa das condições de trabalho (66%, segundo o Livro Branco das Relações Laborais, de 2007).

Em geral os resultados revelam uma "confiança" nos sindicatos da ordem dos 24-25%. Por outro lado, que os índices médios de filiação sindical rondam os 20% (Souza, 2011), sem esquecer as grandes diferenças segundo os sectores (e neste caso os bancários são sem dúvida os que apresentam as percentagens mais elevadas, rondando os 80%).

Contudo, a influência efetiva dos sindicatos na sociedade liga-se, nomeadamente no caso português, ao problema da alegada

"instrumentalização", tendo em conta que cada uma das confederações (CGTP e UGT) mantêm na sua história vínculos fortes com forças partidárias identificadas, dotadas de grande influência política.

### Fatores de fragilização

Há outros fatores de natureza interna que não são alheios à referida tendência de fragilização, entre os quais se destacam: 1) o reforço da confiança nos sindicatos tornou necessário que estes olhassem com mais atenção para os novos segmentos de trabalhadores com maior dificuldade de organização (trabalhadores precários, contratos a termo certo, a recibo verde, desempregados, etc.);

2) se os sindicatos demonstrassem sinais claros de renovação do discurso e dando maior protagonismo a jovens, mulheres, militantes de base, fortalecendo a comunicação interna e externa, etc., certamente teriam melhores condições de aumentar os seus índices de confiança junto dos cidadãos;

3) o elevado grau de burocratização de importantes setores sindicais, até pelo peso de camadas etárias envelhecidas e pouco qualificadas, protelou durante muito tempo o recurso às novas tecnologias digitais e revelou a sua incapacidade para lidar com as redes de ativismo do ciberespaço;

e 4) por fim, a influência dos sindicatos depende em boa medida do sucesso concreto das lutas e da visibilidade na realização dos seus objetivos, sendo que a eficácia da ação coletiva (e da negociação) nunca é imediata e esbarra muitas vezes na habitual dissonância de critérios na "contagem de espingardas" (entre governo e sindicatos) quanto aos valores da adesão a uma greve ou manifestação,

como se esse fosse o único critério de validade das demandas sindicais.

### Ameaças

A evolução de alguns indicadores do mercado de trabalho – elevadas taxas de desemprego, proliferação de formas precárias de trabalho, aumento dos contratos a prazo, reduções salariais, facilitação dos despedimentos –, os comportamentos patronais, muitas vezes de tipo despótico ou as decisões políticas dos governos são, por outro lado, fatores externos que condicionam e limitam a força do sindicalismo.

Além disso, tais tendências ocorreram sob um clima de reforço da ideologia neoliberal, cujo preconceito ideológico se destinou a estigmatizar o campo sindical como instância "conservadora" ou "força de bloqueio" perante as "reformas" do mercado de trabalho.

Governos e grupos económicos vêm impondo no discurso público a ideia do "bom" sindicalismo (o que negocia, isto é, o que cede) contra o "mau" sindicalismo (o que defende a "rigidez" das leis laborais, isto é, os direitos dos assalariados).

Convém lembrar, a esse propósito, que, por exemplo, a Cimeira Europeia de 8 e 9 de dezembro de 2011 inaugurou um período de desencanto para os atores do mundo do trabalho, pois, na sequência, entrou em vigor a 13 de dezembro o pacote legislativo "six pack", com o propósito de assegurar disciplina fiscal, confirmado na cimeira seguinte, de 30.01.2012,

com a assinatura do "pacto orçamental europeu" por 25 Estados-membros da UE. Na prática, todo este processo já perseguia o objetivo (consagrado pela troika) dos cortes e congelamentos salariais, reduções nas prestações sociais, contração do emprego, embaraçamento dos custos do trabalho, retirada de direitos, etc., em suma, o culminar de uma sucessão de medidas que visam, na prática, o desmantelamento do Estado-Providência e o empobrecimento geral das populações.

Na ótica do Governo PSD/CDS é esse o preço a pagar para uma redenção milagrosa da economia, que alegadamente abrirá as portas a uma viragem entusiástica na atitude dos desempregados quando, iluminados por tal "pedagogia", descobrirem que afinal "o desemprego é uma oportunidade" e, assim, entregues ao empreendedorismo individual, descubrem a chave da sua libertação e da competitividade do País. Só que este canto de sereia já não convence ninguém. E não é por se insistir muito numa crença que ela se torna realidade.

### Futuro incerto

Perante um cenário tão desolador como é, hoje, a vida real das classes trabalhadoras e da classe média do nosso País, multiplicam-se e acentuam-se as incertezas e ameaças quanto ao futuro. E naturalmente que o sindicalismo sofre com isso.

No caso português, em resultado do memorando da troika (maio de 2011), do

acordo de concertação social (janeiro de 2012), das alterações à legislação laboral (em vigor desde 1.08.2012), pairam no ar um conjunto de ameaças que estão a ser impostas ao movimento sindical e que a crise tem vindo a acentuar, entre as quais se destacam a individualização das relações laborais e a diminuição da contratação coletiva.

A organização do tempo de trabalho e a retribuição poderão vir a ser reguladas no futuro não apenas pelas estruturas sindicais, como até agora, mas por comissões de trabalhadores, daí resultando, com grande probabilidade, uma redução dos direitos regulados pela negociação coletiva.

Assim, pode dizer-se que paira sobre o campo sindical uma dupla ameaça. A primeira, já atrás assinalada, prende-se com a ação do poder hegemónico que hoje controla as instituições e os governos, absolutamente seguidista das políticas neoliberais e que tende a olhar os sindicatos como forças bloqueadoras e, em parte, responsáveis pela atual crise.

A segunda ameaça vem da própria sociedade e resulta dos novos meios de organização e difusão de segmentos particulares da força de trabalho como os precários e os desempregados, além de outros movimentos sociais e setores descontentes que não se revêm nos sindicatos tradicionais e buscam formas alternativas de luta e contestação social. Poderão estas ameaças reverter-se em oportunidades para os sindicatos? ■

### Conclusão

## Consciência social vai aumentar

Nas atuais condições – onde se conjugam as componentes objetiva, das condições de vida concretas, e a subjetiva, que remete para as expectativas e subjetividades – há motivos de sobra para que se possa esperar um recrudescimento da conflitualidade social e sindical nos próximos tempos



Perante a sociedade de austeridade em que vivemos, onde o direito do trabalho tem vindo a sofrer contínuos e reiterados ataques e recuos, os desafios sindicais são os mesmos que se apresentam aos portugueses no seu conjunto.

O poder vigente classificou os portugueses de "piegas", convidou os jovens qualificados a emigrar e desafia os desempregados a verem no desemprego uma "oportunidade". Esta "leitura" da realidade laboral, além de exprimir a ideia distorcida de uma imaginária "escolha racional" segundo a qual o destino e as condições de vida de cada um dependem apenas da vontade individual, reflete também uma visão imediatista e a-histórica da realidade (aliás, coincidente com a ►



► visão mais arraigada do neoliberalismo). De acordo com a visão ideológica e economicista instalada no poder, a história, a cultura e as estruturas socioeconômicas mais gerais são excluídas da realidade. Este é, pelo menos, o cliché instalado no "programa mental" do Primeiro-Ministro. Como se a sociedade não existisse, mas apenas um aglomerado de indivíduos, em que uns merecem outros não merecem ter uma condição digna.

Bastaria recordar alguns dos ensinamentos básicos da psicologia social para se concluir que as "ideias" ou "visões" de cada indivíduo têm sempre origens mais profundas, desde logo os fatores de raiz social que constroem os seus mapas cognitivos ou "representações sociais", sob a influência determinante do meio sociocultural em que nascemos e somos socializados (Moscovici, 1991; Vala, 1997).

## Assimetria de poder

Uma tal mentalidade tende a olhar a sociedade como se estivesse dividida entre dois tipos de gente: uns que são criativos, diligentes, disciplinados e portanto "produtivos"; e outros que são por natureza indolentes, incapazes, apáticos ou que se escudam num coletivismo defensivo e ressentido contra os empreendedores bem sucedidos.

Essa visão dicotômica foi bem caracterizada por Pacheco Pereira como uma nova forma de "luta de classes": "entre os 'descomplexados competitivos' e os 'preguiçosos autocentrosados', a ordem dos pares é interessante, quer na parte social, quer na do psicologismo vulgar. (...) Os que estão presos na sua condição social, deixam soçobrar a sua psicologia no egoísmo; os dinâmicos psicologistas ultrapassam a sua condição social pelo êxito no mercado." (in jornal Público, 10/02/2012).

Na verdade, este "guião" transporta uma visão que concebe o trabalho e a relação salarial como objeto de regulação civilista (fazendo tábua rasa do direito do trabalho), que trata como partes iguais aquilo que é diferente e "esquece" o princípio da assimetria de poder que subjaz a toda a prestação de trabalho assalariado nas economias de mercado do capitalismo moderno.

É claro que, nestas condições – onde se conjugam as componentes objetiva, das condições de vida concretas, e a subjetiva, que remete para as expectativas e subjetividades – há motivos de sobra para que se possa esperar um recrudescimento da conflitualidade social e sindical nos próximos tempos.

Parece evidente que o próprio Governo, escudado no memorando da troika, traba-



As Cimeiras Europeias têm sido um desencanto para os atores do mundo do trabalho

lha objetivamente para isso (como de resto já aconteceu em diversos momentos no ano transato), tal é sua inoperância e o modo confuso e arrogante como tem vindo a tomar e a anunciar medidas atentatórias dos direitos mais elementares e da dignidade dos trabalhadores e das classes médias.

## Gritar a revolta

É por isso provável que mesmo os segmentos sociais tradicionalmente mais ligados do ativismo e do sindicalismo comecem a despertar para uma maior consciência social. Na verdade, quer os setores mais jovens e qualificados (menos politizados e até recentemente mais individualistas), quer os trabalhadores de meia idade com poucas qualificações, que estão a ser vítimas da reestruturação da indústria e do desemprego galopante, quer ainda os funcionários públicos, professores e pessoal do sistema de saúde que vêm a sua situação profissional ameaçada pelas medidas e cortes recentemente anunciados (e previstos no OE 2013), são camadas sociais que nos próximos meses se verão na contingência de ter de gritar a sua revolta e engrossar manifestações e greves que irão estar na agenda.

Inclusive quando os acordos da concertação, apesar de débeis e pouco favoráveis aos trabalhadores, estão hoje sob ameaça de serem rasgados, não se pode esperar

outra reação senão o protesto coletivo. A alternativa seria uma resignação doentia e patológica (no plano físico, emocional e psíquico) cujos custos sociais terão de ser contabilizados.

Eneste contexto, importaria que o campo sindical revelasse capacidade de se repensar a si próprio e de se mostrar aberto às contaminações recíprocas que podem advir dos novos movimentos e formas de expressão do ativismo e contestação social. Para além das ações concertadas a nível europeu que também já foram ensaiadas no passado recente.

Quando o governo se mostra tão incapaz de renegociar e exercer influência (sobre o que se pretende do projeto europeu e as condições de reestruturação da dívida) terá de ser a sociedade civil e os cidadãos a clamar contra o estado de exceção em que vivemos.

Só desse modo a esfera do trabalho e os direitos a ele associados poderão resistir às ameaças de proletarianização geral e retomar as lutas emancipatórias e progressistas pela dignidade laboral e pela coesão social, que marcaram os últimos dois séculos no Ocidente.

As viragens que se requerem da UE só poderão ser efetivas se, para além das reformas institucionais (e se necessário contra elas), os parceiros sociais e o movimento sindical cumprirem o seu papel na mobilização dos cidadãos e na construção de caminhos alternativos. ■

\*Subtítulos da responsabilidade da Redação

†Neste ponto retomo algumas passagens do texto (em publicação) de que sou coautor com Hermes Costa, intitulado "O sindicalismo europeu no centro do vulcão: desafios e ameaças", in Anuário JANUS, janeiro 2013 (no prelo).

## Referências bibliográficas

Estanque, Elísio (2012), A Classe Média. Ascensão e Declínio. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.  
Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto (orgs.) (2011), O sindicalismo português e a nova questão social - crise ou renovação? Coimbra: Almedina, 181 pp.  
Moscovici, Serge (1991), Dissensões e Consenso - Uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte.  
Sousa, Henrique (2011), Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos) (working paper). Lisboa: FCSH, Universidade Nova.  
Vala, Jorge (1997), "Representações sociais e percepções intergrupais". Análise Social, XXXII (1997, 1º.), pp 7-29.

## FotoFebase 2012

# Imagens vencedoras revelam enorme qualidade

O concurso de fotografia da Febase foi, mais uma vez, um sucesso. No dia 21 de março procedeu-se à entrega de prémios aos vencedores e a organização apelou a mais participações na edição de 2013, que já está em andamento

TEXTO: PEDRO GABRIEL

Quando a primeira edição do concurso FotoFebase, em 2011, alcançou o sucesso conhecido, logo se concluiu que tal feito iria ter repercussões na edição seguinte. De facto, o FotoFebase de 2012 ultrapassou, mais uma vez, as fronteiras quer da quantidade quer da qualidade.

O salão nobre do STAS, em Lisboa, acolheu a exposição das obras premiadas e foi o palco da cerimónia de entrega dos prémios, no dia 21 de março. O grande vencedor da edição de 2012 do concurso FotoFebase foi Nélcio Cardoso, do SBN, com 'Destino Incerto', uma obra que, como o próprio nome indica, nos remete para uma espécie de incerteza no caminho.

Patrícia Caixinha, do STAS e uma das responsáveis pela organização do concurso, apresentou alguns números relativos à edição de 2012: um total de 685 fotografias recebidas e uma média de 80 participantes por mês, de Norte a Sul e passando pelas Ilhas, provam que o concurso FotoFebase continua a crescer no seio da Federação.



Patrícia Caixinha, do STAS, com José Canelas, que venceu o segundo prémio



As três fotografias premiadas: ao centro a vencedora, com as classificadas em segundo e terceiro lugares (à direita e à esquerda, respetivamente)



Maria Salvador, ao lado de António Fonseca, do SBSI, exhibe o galardão do terceiro classificado

Já António Fonseca, do SBSI e também responsável pela organização, deixou um apelo à participação no concurso e enalteceu o espírito dos participantes, bem como a importância de as pessoas ocuparem os seus tempos livres com este tipo de atividade.

O presidente do STAS, Carlos Marques, deu os parabéns aos vencedores e incentivou todos a não terem receio de mostrar os seus trabalhos, considerando que este tipo de iniciativas também é importante para que os trabalhadores tenham mais motivação para ultrapassar os difíceis tempos que vivemos.

## A surpresa dos premiados

Uma vez que a entrega dos prémios decorreu em Lisboa, a cerimónia não contou com a presença do vencedor, sócio do SBN, mas a sua fotografia pôde ser

vista e elogiada por todos. Pela vitória, Nélcio Cardoso irá receber 1000 € em material fotográfico, um bom incentivo para continuarmos a ver os seus excelentes trabalhos.

O segundo prémio, no valor de 750 € em material fotográfico, foi atribuído a José Canelas (CCA), do SBSI, que já havia sido premiado na edição anterior. "Temos sempre esperança, mas não deixa de ser uma surpresa ficar entre os premiados". O 'Acordar Colorido', na Mourisca, foi a fotografia que lhe valeu o segundo lugar.

Ao contrário de José Canelas, Maria Salvador (CGD), do SBSI, concorreu pela primeira vez. A experiência não podia ter corrido melhor, com o terceiro lugar e uma menção honrosa. "Não estava à espera. Concorri porque um colega viu as minhas fotografias e insistiu comigo. Fui mandando as fotografias e tive sorte."

Maria Salvador conseguiu o terceiro lugar com a fotografia 'Em transformação I', enquanto 'Pavimentado a ouro', tirada no Estádio Nacional, lhe valeu uma menção honrosa. Maria Salvador vai levar para casa 500€ em material fotográfico.

Uma menção honrosa foi também atribuída a Álvaro Carvalheiro, pela fotografia 'Balonismo'.

Depois do STAS, a exposição de fotografias pode ser vista no Centro Clínico do SAMS, na Rua Fialho de Almeida, em Lisboa. Todas as fotografias participantes podem também ser apreciadas no endereço <http://fotofebase2012.blogspot.pt/>. Em breve será divulgado o blogue da edição deste ano. ■





## Alegria e satisfação dos pequenos vencedores do concurso de desenho

### "Vou ter **novos jogos!**"

Os tão desejados prémios do concurso "O Melhor Desenho de Natal STAS" foram entregues aos pequenos artistas vencedores, que reagiram com pulos de contentamento



Os prémios dos cinco vencedores

Depois de uma escolha cuidadosa dos jogos e acessórios que os vencedores mais queriam, o Sindicato foi às compras e trouxe as tão desejadas prendas. Os cinco premiados do concurso "O Melhor Desenho de Natal STAS" deliciaram-se com os presentes, que chegaram mesmo a tempo das férias da Páscoa.

O STAS pediu aos vencedores para, em algumas palavras, expressarem o que sentiram. Estes foram os seus testemunhos:

"O que vou ganhar?", foi a primeira reação do Gonçalo Revés Gonçalves, de 5 anos (1.º escalão). "Iupi! Vou ter jogos novos!", gritou enquanto pulava de ale-

gria e dizia estar muito feliz. Durante um mês, o Gonçalo ia todos os dias ao correio ver se o seu prémio já tinha chegado. A ansiedade finalmente acabou.

Já o Eduardo Mendonça dos Santos Carvalho, de 7 anos, (2.º escalão), quando lhe perguntaram o que sentiu ao saber que tinha ganho o concurso, respondeu: "Fiquei muito contente e muito feliz."

E o que achaste dos presentes?, questionámos: "Eu achei um presente muito bom!". O Eduardo recebeu uma PSP.

Descrevendo a sensação de saber que era premiada, a Inês Farinha Rocha, de 9 anos (2.º escalão), disse: "Felicidade".

Quanto aos presentes, achou-os "maravilhosos!".

A Mariana Revés Gonçalves, de 11 anos (3.º escalão), ao saber a notícia reagiu com "alegria, euforia, dança e pulos". Tanto mais que o prémio recebido era o que desejava há já algum tempo.

Também o Afonso Fonseca, de 7 anos (2.º escalão), "não sabia que ia ganhar o concurso e fiquei muito contente". E os presentes, disse, "são divertidos e gosto muito de brincar com eles". O STAS sorri por fazer sorrir estas cinco crianças.

Este ano lançaremos um novo desafio. Estejam atentos, pequenos e graúdos. ■

## Formação sobre redes sociais

### Chegar aos sócios **com um clique**

O STAS promoveu uma ação de formação dirigida às estruturas sindicais sobre o tema "Web Marketing e Redes Sociais". O objetivo é potenciar a utilização das novas ferramentas para estar mais próximo dos sócios



Membros da Direção, delegados sindicais e conselheiros gerais participaram na ação

Ao todo, 22 formandos, entre membros da Direção, delegados sindicais e conselheiros gerais, aceitaram o desafio e participaram na formação "Web Marketing e Redes Sociais". Orientada pelo formador António Jorge, a ação decorreu durante todo o dia 18 de março, nas instalações da INETESE, no Saldanha.

O objetivo foi proporcionar uma interação com as várias ferramentas disponíveis numa era digital como a que atual-

mente vivemos, permitindo aprender a aplicar e/ou a melhorar a utilização das redes sociais, usufruindo de todas as potencialidades destes poderosos instrumentos.

De um ponto de vista sindical, com esta formação o STAS procurou obter um conhecimento mais aprofundado da utilização de cada ferramenta, com o intuito de chegar mais perto dos seus sócios e,

simultaneamente, potenciar novos associados. Tudo à distância de um clique.

Fazendo a ligação entre o marketing e as redes sociais, António Jorge deixou como mensagem principal o facto de a seleção da estratégia multi-rede dever ser feita em função dos objetivos que uma pessoa ou empresa pretende alcançar.

Facebook, Youtube, Twitter e LinkedIn foram as aplicações que serviram de base a esta formação. A criação de contas e o modo de funcionamento de cada uma destas redes sociais foram alguns dos pontos que o formador abordou em sala.

Houve a oportunidade de "brincar" com todas as ferramentas e obtiveram-se algumas respostas às perguntas habituais de quem no seu dia a dia as utiliza, quer por motivos pessoais quer profissionais. Dada a profundidade do tema, muito ficou por dizer e por praticar. Uma segunda iniciativa para já no ar.

Porque afinal, o STAS procura melhorar e inovar no serviço que oferece aos seus sócios. ■

Textos: **PATRICIA CAIXINHA**



## FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL DE FORMADORES

LISBOA E PORTO

25 de Março de 2013 / 26 de Abril de 2013

Sócios  
FEBASE

PVP

199,90€

249,90€

90 Horas ( 48h em eLearning / 42h Presencial)

**FEBASE**



Telefone: 218 802 160 / e-mail: inetese@inetese.pt

# CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

DESDE € 232,50 (valor por pessoa)

Os preços incluem: Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso. Estadia em regime de pensão completa ( alojamento, pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia ). Prática de Natação, Passeios, Caminhadas, Slide, Rappel, BBT/Ciclismo, Bisnaga Ball e outras atividades apropriadas às faixas etárias envolvidas. Todos os materiais necessários às diversas atividades.

**2013**

- 1º Turno: 22 a 29 de Junho
- 2º Turno: 29 Junho a 13 de Julho
- 3º Turno: 13 de Julho a 27 de Julho
- 4º Turno: 27 de Julho a 10 de agosto
- 5º Turno: 10 a 24 de agosto
- 6º Turno: 24 a 31 agosto

\* Turnos de uma semana

Preços:  
425 Euros para Sócio e Colaborador de Empresa Associada  
525 Euros para Outros \* ( valores para turnos de 15 dias )

**Pagamentos fracionados até novembro**  
10% de desconto nos pagamento efetuados na totalidade até a data de início do turno correspondente  
( contacte para descontos e condições de pagamento )

Para Crianças e Jovens a partir dos 8 anos de idade

**Jovens seguros**

www.jovensseguros.com . geral@jovensseguros.com . Tlm: 916 564 998 . Tlf: 21 880 21 60



## Em consequência dos Orçamentos do Estado

## Catorze ações pendentes em tribunal contra cortes de subsídios e salários

Texto: **INÉS F. NETO**

O SBSI tem reagido com os meios jurídicos ao seu alcance para defender os associados, no ativo e reformados, vítimas de cortes nos salários, pensões, subsídios de férias e Natal resultantes das medidas dos Orçamentos do Estado de 2011, 2012 e 2013

Na defesa dos direitos dos seus associados, o SBSI – bem como os restantes Sindicatos dos Bancários da Febase – não tem poupado esforços para que sejam repostas as verbas retiradas

por força da aplicação da lei dos Orçamentos do Estado de 2011, 2012 e 2013.

Ou seja, exige a devolução dos montantes retirados de salários, pensões e subsídios de férias e Natal dos trabalhadores da CGD, do IFAP, DRAP, BPN e IHRU e dos reformados do Banco de Portugal e ex-BNU.

As inúmeras diligências efetuadas junto das administrações e do poder político revelaram-se infrutíferas, na medida em que o Parlamento aprovou os Orçamentos do Estado dos últimos três anos contemplando as medidas que ditaram cortes salariais e suspensão dos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores, reformados e pensionistas das empresas da esfera do Estado.



No Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa encontram-se várias das ações

Assim, ao Sindicato não restou alternativa senão o recurso aos tribunais para exigir a reposição das verbas retiradas.

O balanço possível relativamente aos processos entregues nos tribunais está exposto no quadro desta página. ■

## Balanço dos processos

Sindicato	Instituição	Processo	Ação	Situação	Nova diligência
SBSI	CGD (ex-BNU)	2099/12.8TTLSB - 2.º - 2.ª	Contra corte 13.º e 14.º meses a reformados (OE 2012)	Julgamento a 07.05.2013	
SBSI/SBN/SBC	BdP	3532/12.4 - 5.º - 1.ª		Julgamento a 20.01.2014	
SBSI/SBN/SBC	IFAP	1878/12.0BEPRT - TAF PORTO	Contra corte 13.º e 14.º meses a reformados (OE 2012/13)	Cortes 2012	
SBSI/SBN/SBC	CGD	789/12.4TTLSB (Trabalhadores com contrato individual de trabalho)	Contra corte 13.º e 14.º meses a trabalhadores no ativo (OE 2012)	Sentença negativa / Recurso	
SBSI/SBN/SBC	CGD	538/12.7BELSB TACL (Trabalhadores com contrato administrativo de provimento)	Contra corte 13.º e 14.º meses a trabalhadores no ativo (OE 2012)	Cortes 2012 Contestação	
SBSI	Ministério Agricultura (DRAP Centro)	1027/11.2BESLB TACL 3.ª UO	Contra corte salarial de 2011 (OE 2011/12/13)	Articulado Superveniente 09.04.2012	
SBSI	IFAP	951/12.0BELSB TACL	Contra corte 13.º e 14.º meses a reformados (OE 2012)	Cortes 2012 Contestação IFAP	Articulado Superveniente 2013
SBSI	IHRU	1030/11.2BELSB 2.ª UO	Contra cortes salariais (OE 2011/12/13)	Cortes 2011 Articulado Superveniente 02.04.2012	Articulado Superveniente 2013
SBSI	Ministério Agricultura + IFAP (DRAP Lisboa e Vale do Tejo)	1029/11.9BELSB TACL	Cortes salariais (OE 2011/12)	Cortes 2011 Articulado Superveniente	
SBSI	IFAP	1032/11.9BELSB	Cortes salariais (OE 2011)	Cortes 2011 Alegações	
SBSI	Ministério Agricultura (DRAP Alentejo)	1028/11.0BELSB (OE 2011)	Cortes salariais	Cortes 2011 Alegações	
SBSI	Ministério Agricultura (DRAP Lisboa e Vale Tejo)	1031/11.0BELSB (OE 2011/12)	Cortes salariais	Cortes 2011 Alegações	
SBSI	Ministério Agricultura (inclui todas as DRAPS)	992/12.7BELSB (OE 2012)	Cortes salariais	Cortes 2012 Superveniente 2013	Cortes 2012
Febase	Santander Totta	1423/12.8TTLSB	Contra corte 13.º e 14.º meses a reformados (OE 2012)	Aguarda julgamento	

## Bowling

## Vitória sorriu a Helena Lourenço

A 2.ª jornada do campeonato interbancário de bowling teve como vencedor uma senhora. Rui Duque terminou em segundo, mas não largou a liderança da geral

Textos: **PEDRO GABRIEL**

Helena Lourenço, da Unicre, foi líder da segunda jornada

A Beloura foi o palco para a realização da 2.ª jornada do VI campeonato interbancário de bowling, no dia 16 de março. Depois de sair líder no final da última jornada, Rui Duque tinha como missão manter a primeira posição.

No entanto, Helena Lourenço (Unicre) foi mais forte que todos os outros concorrentes e terminou no primeiro lugar, com 698 pinos. No segundo pos-

Briano de Sousa (BPI), com 670, completam o lote dos cinco primeiros.

Na classificação geral, Rui Duque não só continua líder, com 1.465 pinos, como ainda conseguiu aumentar a distância para o segundo lugar, agora ocupado por Helena Lourenço, que contabiliza 1.387. Gabriel Dias fecha o pódio, com 1.376 pinos.

No final do segundo jogo, houve lugar a uma pequena interrupção para cantar os parabéns à aniversariante do dia, Olívia Correia (BBPI), que fez questão de passar a manhã na companhia dos seus amigos. Na ocasião, a participante agradeceu a surpresa dos restantes jogadores, adiantando que o "bowling é jogo e muito mais... Prova disso são os momentos imperdíveis de animação e diversão".

A próxima jornada está marcada para 27 de abril, igualmente na Beloura. ■

## Surfcasting

## Jorge Santo António lidera classificação



O campeonato de surfcasting arrancou na praia da Comporta com a participação de 58 pescadores. Maior pescaria coube a Jorge Santo António.

Em equipas, a liderança pertence ao Banco de Portugal

O VI campeonato interbancário de surfcasting é composto por duas provas, que antecedem a final do Sul e Ilhas, marcada para o dia 4 de maio, na praia das Areias Brancas, em Santo André. A final nacional realiza-se a 18 de maio, no mesmo local.

Já a praia da Comporta recebeu a primeira prova do campeonato, no dia 16 de março, e que contou com a participação de 58 pescadores, divididos por cinco zonas.

A classificação geral individual é liderada por Jorge Santo António (Santander Totta), com um total de 1.840 gramas de pescado na zona C, logo seguido de Luís Ribeiro Esteves (CGD), com 1.550 gramas pescadas na zona D. A fechar o pódio surge Silvério Velez (Santander Totta) que, na zona B, obteve um total de 1.290 gramas de peixe capturado.

Na classificação geral por equipas a liderança pertence ao Banco de Portugal, composta por Mário Bebião, António Teixeira, João Farrumba e Joaquim Fernandes. A equipa do Santander Totta, de Silvério Velez, Oriolando Nascimento,

Manuel Pinheiro e Leonel Madrugo, segue no segundo posto. Luís Esteves, Fernando Antão, José Matos e Abel Lopes, pela CGD, ocupam a terceira posição.

Destaque para o maior exemplar do dia, um robalo de 830 gramas, pescado por Luís Ribeiro Esteves.

A segunda prova do campeonato está marcada para dia 20 de abril, na praia do Carvalhal. ■

## Empregados do ex-Totta de Angola reúnem-se em Pombal

Como já vem sendo hábito nesta altura do ano, sucedem-se as reuniões de antigos colegas. Um desses encontros é o almoço-convívio dos empregados do extinto Banco Totta Standard de Angola. O repasto terá lugar em Pombal, no dia 18 de maio, estando a concentração marcada para as 11h00. Os interessados devem fazer a respetiva inscrição através de um dos seguintes contactos: António e Armanda Falcão (telm. 969 093 565 e 919 722 964), Celeste Nunes (telm. 963 360 447), Ernestina Aparício (telm. 962 549 053) e Mário Santos (telm. 963 023 154). ■



## Eleições para os Corpos Gerentes

# Atual coligação reconduzida

Os resultados provisórios apontam para a vitória da Lista A, apresentada pela coligação dos atuais Corpos Gerentes, com uma maioria confortável

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

As eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Bancários do Norte (SBN) realizaram-se no dia 9 de abril, pautando-se mais uma vez por uma grande demonstração cívica e democrática da classe, uma vez que o ato decorreu com toda a normalidade e sem a ocorrência de qualquer incidente.

Embora até ao momento em que se encerra a presente edição da Revista Fe-base não tenha sido possível ainda apurar a totalidade dos votos entrados nas urnas, a lista A – apresentada pela coligação dos



Mário Mourão reeleito Presidente da Direção do SBN

atuais Corpos Gerentes – continua a registar uma vantagem confortável.

A Mesa da Assembleia Geral agradece e felicita "todos os colegas (independentemente da respetiva opção de voto) que dignificaram, com a sua participação, mais estas eleições, conferindo assim um novo fôlego para novas e árduas batalhas". ■

## Comissão Permanente aprova Relatório e Contas

A Comissão Permanente do Conselho Geral do SBN aprovou, dia 28 de março, o Relatório e Contas da Direção referente ao exercício de 2012, bem como o parecer do Conselho Fiscalizador de Contas, que recomendava aquela aprovação.

A Comissão Permanente aprovou também, por maioria, com apenas duas abstenções e quatro votos contra, uma moção apresentada em nome individual pelo conselheiro Firmino Marques, com um voto de louvor aos Corpos Gerentes do quadriénio de 2009/2013. ■

# Luta pelo pódio já começou!

O ano desportivo arrancou, com a participação de centenas de sócios. Os torneios regionais de futsal, snooker, bowling e tiro aos pratos estão a apurar classificações

A competição está aí, com os sócios a mostrarem a sua aptidão desportiva nas várias modalidades. Se o primeiro lugar é a ambição de todos, a verdade é que ninguém desvaloriza o salutar convívio.

### Futsal - 37.º torneio regional

Com a colaboração dos elementos da comissão organizadora, das delegações sindicais, dos delegados das equipas, dos treinadores, dos árbitros, mas sobretudo dos atletas, o SBN vai dar corpo a mais um torneio regional de futsal, o 37.º. O elevado número de participantes nas edições anteriores mostra que esta é uma iniciativa que merece a aceitação e o interesse de grande parte dos associados do SBN.

O 37.º torneio teve a inscrição de seis equipas na região do Porto (Banco San-

tander, Montepio Geral 2, Banco Popular, Banco BIC, e Banco BPI) e uma equipa da Delegação de Vila Real, que entrará no torneio na fase final.

Os jogos terão lugar no pavilhão da Escola Francisco Torrinha, onde teve início do torneio do dia 16 de março.

### Snooker - 8.º torneio regional "Bola 8" - duplo KO

O SBN, está a promover, nas instalações da Comissão Sindical de Reformados (Rua Cândido dos Reis, 100) o 8.º torneio regional de snooker "Bola 8".

As jornadas da primeira fase disputam-se às quintas-feiras, a partir das 21h00. A primeira jornada decorreu dia 11, estando previstas as próximas para 23 de abril e de 9 a 16 de maio.

As datas das fases seguintes serão oportunamente anunciadas.

A 8.ª Final Nacional decorrerá nos dias 5 e 6 de outubro, em Tomar.

### Bowling - 8.º circuito regional "Strike Bowl"

O SBN está a organizar o 8.º circuito regional de "Strike Bowl". A fase regional deste circuito será disputada em cinco

jornadas, a decorrer em Matosinhos e, em cada uma delas, cada jogador disputará três jogos.

Foram já disputadas três jornadas, nos dias 7, 14, 21 de março, prosseguindo nos dias 23 e 30 de maio, com início às 21h00.

Para efeitos da classificação geral individual final, e consequente, apuramento dos representantes do SBN para a final nacional, serão considerados os quatro melhores resultados obtidos nas cinco jornadas realizadas.

A VIII Final Nacional decorrerá nos dias 29 e 30 de junho, em Matosinhos.

### Tiro aos pratos 17.º campeonato regional

O SBN vai levar a efeito o 17.º campeonato regional de tiro aos pratos, destinado a associados.

As provas disputar-se-ão em 13 de abril e 11 de maio, no Clube dos Caçadores de Matosinhos.

Serão disputadas na variante de fosso universal, em duas pranchadas de 25 pratos cada, e terão início às 10h00.

A final nacional decorrerá em 29 de junho, no mesmo local. ■

# Sócios destacam-se nas letras

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Dois autores já consagrados, a poetisa Maria Mamede e o gestor financeiro Eduardo Sá Silva, regressam ao convívio dos leitores com novas obras. Ambos são associados do SBN

O livro de poesia "Sensualidades", de autoria da associada Maria Mamede, foi apresentado dia 23 de março nas instalações do SBN.

Maria Mamede é o pseudónimo literário de Maria do Céu Silva Fernandes, nascida em S. Mamede de Infesta e a viver atualmente na Maia.

Membro da Associação Portuguesa de Escritores há 24 anos, onde teve como padrinhos os escritores Egito Gonçalves e Nelson Ferraz, criou e participa em várias tertúlias poéticas e tem obra dispersa por revistas e jornais, incluindo jornais virtuais e sítios de poesia nacionais e estrangeiros, para além de alguns blogs portugueses e internacionais.

A autora tem 15 livros publicados a título autónomo – 13 de poesia, um de contos e uma tradução – e 13 participações em publicações coletivas. Celebrou em 2012 cinquenta anos de atividade literária, com a publicação do áudio-livro "Por Amor Às Palavras".

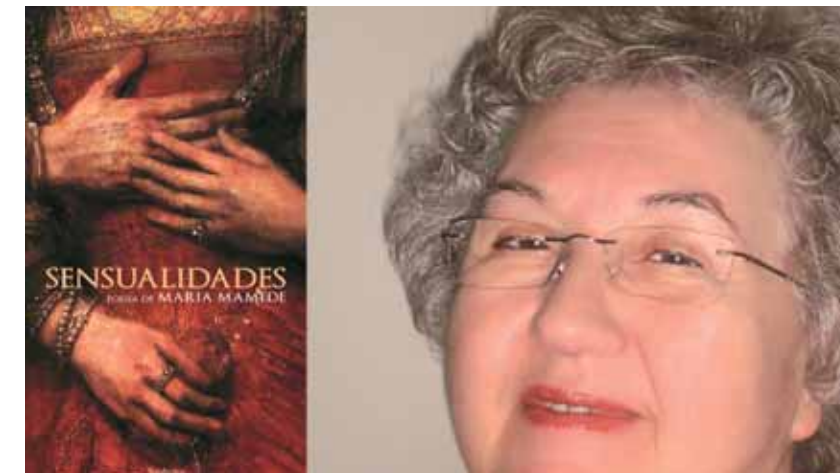
Sobre a obra de Maria Mamede, 51 poemas cantam a paixão, da natureza circundante aos lençóis de linho, da janela a poente ao desvario interior escondido de olhares indiscretos. Mas cantam ainda a sede de amar, as chegadas e as partidas, as ânsias e os medos na quieta inquietação das esperas, bem como a irremediável dor da separação sublimada pela liberdade.

### Dicionário de Gestão

Já Eduardo Sá Silva acaba de publicar "Dicionário de Gestão", o seu 11.º livro das Edições de Contabilidade e Finanças,



Eduardo Sá Silva



Maria Mamede apresentou a sua obra no SBN

iniciativa do Grupo Vida Económica.

Eduardo Sá Silva é professor adjunto da área científica de Gestão Financeira do ISCAP/IPP. Nascido em Sandim (Vila Nova de Gaia), licenciou-se e obteve o mestrado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo-se doutorado em Ciências Económicas e Empresariais na Universidade da Corunha com a classificação máxima.



"Dicionário de Gestão" é o mais recente livro de Eduardo Sá Silva

Foi funcionário da CGD e do BPA. Por iniciativa desta instituição, ministrou cursos de pós-graduação. Da sua vastíssima atividade docente destacam-se inúmeros cursos com ligações diretas ou indiretas ao setor bancário.

Além do recém-lançado "Dicionário de Gestão", o sócio do SBN é também autor de "Custo Amortizado e Imparidade", "Meios Financeiros Líquidos", "Contas a Receber e a Pagar", "Inventários e Ativos

## Júlio Pinheiro expõe "Noturnos"



A exposição "Noturnos", de autoria de Júlio Pinheiro, do Núcleo de Fotografia do SBN, está patente na galeria do Sindicato (Rua Conde de Vizela, 145), até 8 de maio, às quartas e quintas-feiras, das 15h00 às 17h30.

Esta é a segunda mostra da série subordinada ao tema genérico "Treze Meses, Treze Temas", cuja primeira edição se intitula "Flores e Plantas", de Manuel Santos Vale, que se mantém no mesmo espaço até àquela data, com a mesma calendarização.



TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Secretariados Regionais pela voz dos seus representantes

## Implantação em Viseu é quase total

Prosseguindo a ronda pelos quatro distritos que integram a área do Sindicato, coube agora a vez ao de Viseu. Couto Ribeiro, coordenador, salienta a forte implantação do SBC e a cautela da estrutura em manter uma alargada rede de delegados sindicais

Dando voz a membros dos Secretariados Regionais do SBC, chegou agora a vez do de Viseu, cujo secretário coordenador, Couto Ribeiro, transmitiu a realidade do seu distrito, onde é acompanhado no trabalho sindical pelo tesoureiro, José Ferreira. Uma referência, também, à prestimosa colaboração prestada pelo responsável pela sindicalização no distrito, Manuel António, que integra a Direção do Sindicato.

A sua grande atenção reside na "ligação que os representantes regionais devem assegurar com a sua Direção", encaminhando as questões mais complexas para os departamentos respetivos e solucionando, localmente, aqueles que pela sua natureza são suscetíveis de o ser. A este respeito, Couto Ribeiro afirmou que "as questões referentes aos SAMS são as que mais preocupam os associados, a par dos problemas que resultam da atual



Couto Ribeiro dá grande importância à ligação entre o Secretariado e a Direção

crise e da reestruturação por que passa a banca de momento".

É com grande satisfação que adianta: "A implantação do SBC é quase total no distrito, pois os angariadores dos sindicatos amarelos não só têm andado arredios, como têm sentido bastantes dificuldades em implantar-se".

O coordenador referiu as dificuldades que resultam principalmente da "grande extensão geográfica do distrito", composto por 23 concelhos e cerca de 170 bairros, obrigando mesmo a que bastas vezes lá se desloquem "equipas de sindi-

calização, quando se trata de, estrategicamente, percorrer o distrito".

A CGD constitui o maior problema, pois tem uma realidade própria, não só derivada dos "condicionalismos económicos por que passam os seus trabalhadores, como do ponto de vista sindical, onde atua um sindicato corporativo", afirmou.

### Cobertura por delegados sindicais

Assegurar uma "cobertura mais profícua de delegados sindicais, assim como proceder à distribuição de informação", são duas preocupações deste Secretariado, cujas instalações (situadas mesmo ao lado do Posto Clínico) são muito frequentadas, quer por sócios no ativo, quer reformados.

Do ponto de vista lúdico e desportivo, Couto Ribeiro afirmou que "anualmente organizamos dois convívios de pesca desportiva, muito participados e abertos aos colegas de outros distritos", bem como "apoiamos e monitorizamos uma equipa de futsal que participa nos campeonatos regionais e nacionais".

"Um magusto distrital, pelo São Martinho e sempre em local diferente" é outra atividade de que o Secretariado se orgulha. Atualmente está empenhado na colaboração do Grande Encontro de Bancários, que se realizará a 1 de junho. ■

### Caldas da Rainha

## Formação para bancários reformados



e Publisher, que se realizará nas instalações do Sindicato em Caldas da Rainha, entre 10 e 31 de maio.

O curso terá a duração de 20 horas e o seu horário será das 14h30 às 17h30. Os formandos deverão ser portadores de uma pen ou um disco rígido externo.

Os sócios interessados deverão efetuar as suas inscrições até 20 de abril. ■

Tendo por objetivo a valorização pessoal dos seus associados, o SBC vai retomar a formação na área das novas tecnologias para colegas reformados e seus familiares. Assim, o setor da Formação leva a efeito um Curso de Formação na área de Microsoft Office Word, Excel

Surfcasting

## Mário Veríssimo é campeão regional

Feita a pesagem do peixe capturado, Mário Veríssimo passou a liderar a classificação. Por equipas, o Millennium bcp obteve o primeiro lugar

A segunda e decisiva prova de surfcasting realizou-se no dia 16 de março, na baía de São Martinho do Porto. Em causa estava o apuramento dos seis representantes do SBC à final nacional, que será disputada a 18 de maio, em Areias Brancas, Santo André.

A intempérie que se abateu sobre a costa nos dias anteriores à prova nada fazia prever de bom, em termos de condições mínimas para a boa prática da modalidade, mas com a ajuda imprescindível do São Pedro a prova veio a realizar-se de forma bastante positiva, ao ponto de não ter havido "grades", pois todos os participantes "fizeram o gosto ao dedo", capturando alguns exemplares.



Com efeito, os robalotes e as sarguetas deram um ar da sua graça, contribuindo para uma bela jornada de pesca.

Finda a prova teve lugar a pesagem, a partir da qual se elaborou a respetiva classificação.

No cômputo das duas provas realizadas, os apurados foram os seguintes: campeão regional, Mário Veríssimo, seguindo-se Pedro Veiga, Vítor Malhei-

ros, António Gonçalves, David Faria e, por último, Rui Nunes.

Por equipas, o primeiro lugar coube ao Millennium bcp, ficando o BPI na segunda posição.

Num ambiente de sã e franca camaradagem e salutar desportivismo, teve lugar um almoço de convívio onde se procedeu à entrega dos troféus e à troca de experiências e histórias de pesca. ■

Snooker e Bowling

## Apurados os representantes do SBC

Alberto Malheiro e Pedro Veiga são os campeões regionais em snooker e bowling

O pavilhão Rex Bowling, em Cantanhede, foi palco, dia 16 de março, de uma jornada dupla de apuramento dos representantes do SBC aos campeonatos nacionais de bowling e snooker, tendo competido seis concorrentes em cada modalidade.

No snooker, após o sorteio tiveram lugar os jogos, tendo todos os concorrentes jogado contra todos, de que resultou a seguinte classificação:

1.º Alberto Malheiro (Millennium bcp); 2.º António Guiné (BES); 3.º Paulo Figueiredo (Millennium bcp); 4.º Rogério Silva (Millennium bcp); 5.º Ernesto Oliveira (Millennium bcp) e 6.º Pedro Veiga (BPI).

A final nacional realizar-se-á na cidade de Tomar, nos dias 5 e 6 de outubro, sendo



o Sindicato dos Bancários do Centro representado pelos dois primeiros classificados.

### Bowling

No mesmo dia e no mesmo pavilhão decorreu o torneio de bowling, igualmente com vista ao apuramento dos representantes do SBC à final nacional.

Para o efeito, o torneio foi dividido em três jornadas que decorreram com muita



emoção, pois houve disputa pelos pontos até ao fim.

A classificação ficou assim ordenada: 1.º Pedro Veiga (BPI); 2.º António Guiné (BES); 3.º Silvino Madaleno (Millennium bcp); 4.º José Fazendeiro (BPI); 5.º António Pimentel (Millennium bcp) e 6.º António Gonçalves (Millennium bcp).

O SBC estará representado pelos três primeiros classificados na final nacional, que se realizará na área do SBN, na cidade de Matosinhos, nos dias 29 e 30 de junho. ■





# CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de fevereiro

## TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Boia de Lisboa"  
Ricardo Figueira



"A ponte é uma passagem"  
César Máximo



"Côvo"  
Pacheco Pontes



"O porteiro"  
Jorge Ferreira da Silva



"Recreio"  
Fernando Santos



"Igreja da Misericórdia"  
Aires Pereira

## TEMA - LIVRE



"Anoitecer"  
Miguel Capitão



"Olhar intenso"  
Luís Rego



"Alhos"  
Maria Salvador



"Pôr-do-sol"  
Jorge Araújo



"Artista de Rua"  
Ricardo Figueira



"Perdidos no Tejo"  
José Canelas